



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 89

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. COMPRAS E LICITAÇÕES	2034
ADVOCACIA GERAL	2037
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2037

TAQUIGRAFIA

ATA DA 22ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE AS VEICULAÇÕES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO A POSSIBILIDADE DE ROMPIMENTO DAS BARRAGENS DO MADEIRA.

Em 05 de Maio de 2016.

Presidente Sr.
LÉO MORAES - Deputado

(Às 10 horas e 37 minutos é aberta a Sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo Requerimento do Excelentíssimo senhor Deputado Léo Moraes, realiza Audiência Pública objetivando debater sobre as veiculações nos meios de comunicação da possibilidade de rompimento das barragens das Usinas do Madeira.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública; o Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, que dentro de instantes estará conosco também; a Excelentíssima senhora Aidée Maria Mozer Torquato,

Promotora de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Rondônia; o senhor Doutor Philip Martin Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, INPA; Capitão BM Arthur Luiz Santos Silva, Diretor de Defesa Civil; senhor Cláudio André Neves, representante do DNIT e Senhor Edio da Luz, Consultor da ESB, Energia Sustentável do Brasil.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública objetivando debater sobre as veiculações nos meios de comunicação, da possibilidade de rompimento das barragens das Usinas do Madeira.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Convidamos a todos para de pé ouvirmos o Hino *Céus de Rondônia*, letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

Muito obrigado, podem sentar-se.

Senhor Deputado Léo Moraes, peço permissão de Vossa Excelência para registrar a presença das demais autoridades e pessoas que nos honram com suas visitas. O senhor Francisco Coutinho, vice-Presidente da EMATER; senhor Luiz Cristovão, representando a Associação Comercial de Ji-Paraná; senhor José Trajano, Coordenador Estadual de Recursos Hídricos, representando a SEDAM; senhora Margarida Ariamara, representante do SINDSAÚDE; senhor Katuo Okabayashi, assessor do Senador Valdir Raupp; Excelentíssimo senhor Vereador Edmar Inácio, da Câmara Municipal de São Felipe do Guaporé. E também já temos aqui inscritas as pessoas do senhor Adailton Noleto, representante da Associação dos Produtores Rurais da Linha Aliança do Baixo Madeira; o senhor Ruslan Magalhães, Conselho de Agricultura, Segurança e Gestão Ambiental; e o senhor Antônio Francisco Moura, representante da Cooperativa CUJUBIM Grande.

E também temos aqui a justificativa de Sua Excelência o senhor Procurador Geral de Justiça do Estado de Rondônia, Doutor Airton Pedro Marin Filho.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Em razão de compromisso institucional anteriormente agendado para a mesma data, não pode comparecer. Mas no mesmo Ofício informa a presença de Sua Excelência a Promotora de Justiça Aidée Maria Mozer para que nós possamos tomar ciência desta ausência dele.

E temos também aqui a justificativa da ausência da Santo Antônio Energia.

À Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Excelentíssimo senhor Deputado Maurão de Carvalho, Presidente. Excelentíssimo senhor Léo Moraes, proponente da Audiência Pública a ser realizada no dia 05 de maio de 2016.

Prezados senhores, fazemos referência ao convite dos senhores participarem da Audiência Pública a ser realizada no dia 05 de maio de 2016, às 10 horas, no Plenário desta Douta Casa, que tratará sobre as notícias veiculadas nos meios de comunicação acerca da alegada possibilidade de rompimento das barragens das usinas do rio Madeira, infelizmente não será possível o comparecimento de representante da Hidrelétrica Santo Antônio Energia na referida audiência em virtude de outros compromissos previamente assumidos.

Aproveitamos o ensejo, no entanto, para destacar que as estruturas da barragem da Hidrelétrica Santo Antônio são absolutamente seguras, pois se trata de estruturas projetadas e construídas com base em critérios específicos e normas internacionais de engenharia.

No caso específico da Hidrelétrica de Santo Antônio, o projeto foi concebido tendo como base rigorosos estudos sob o ponto de vista ambiental e estrutural, devidamente acompanhados e aprovados por todos os órgãos competentes em suas fases do projeto e construção, as suas estruturas estão dimensionadas para suportar vazões muito superiores à vazão provocada pela cheia excepcional de 2014 causada pelo excesso de chuvas nas cabeceiras dos afluentes do rio Madeira na Bolívia e no Peru, cujo tempo de recorrência a probabilidade de acontecer novamente é a cada 350 anos, assim, mesmo que as vazões se tornem maiores em virtude do aquecimento global, hipótese que se deve destacar ainda não foi cientificamente comprovada, a barragem está estruturada para suportá-las, por isso a Hidrelétrica Santo Antônio rejeita e lamenta as declarações veiculadas sobre eventual risco de rompimento da sua barragem que considera irresponsáveis na medida em que tem sido feitas por profissionais que não detêm informações e conhecimento técnico adequados para opinar sobre o tema, o que pode provocar preocupações desnecessárias e até mesmo pânico na população de Porto Velho.

Agradecemos mais uma vez a oportunidade e atenção desta douta Casa e desde já nos colocamos à disposição para receber seus representantes em nossas instalações para que possam conhecer de fato e *in loco* todo sistema de segurança que envolve nossa atividade e nossa estrutura, reforçando assim nosso compromisso com a transparência e com a segurança acima de tudo.

Respeitosamente,

Santo Antônio Energia S/A. Antônio de Pádua Benfica Guimarães, Engenheiro e Diretor Técnico”.

Sr. Presidente, antes de V.Exª fazer os agradecimentos, gostaria de informar para que todos possam saber que o cientista que está aqui conosco, o Sr. Philip Martins Fearnside, foi convidado por Arnold Schwarzenegger e James Cameron para

ciceroneá-los em uma visita à área a ser inundada por Belo Monte. Isso foi no mês de março. Enquanto os flashes dos fotógrafos eram direcionados às estrelas do 2º Fórum Mundial de Sustentabilidade, reunião de políticos, empresários e ambientalistas de Manaus, como o ator e ex-Governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger e o cientista James Cameron, um dos mais respeitados cientistas na área de meio ambiente, Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), entregava aos jornalistas que o reconheciam CDs com seus trabalhos. Fearnside foi um dos ganhadores do prêmio Nobel da Paz em 2007 com outros cientistas do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC) que alertavam sobre os riscos do aquecimento global. O cientista foi convidado de Cameron e Schwarzenegger para ciceroneá-los em uma visita à Área Indígena do Xingu que deve ser alagada pela hidrelétrica de Belo Monte.

Esta é uma reportagem do Estadão, publicada no dia 25 de março de 2011. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES - Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Jesuíno Boabaid que está aqui conosco e não se furta de participar dos debates mais polêmicos e que abrangem o interesse popular.

Gostaria de cumprimentar e desejar um bom dia à Sra. Aidée Maria Moser Torquato, que é Promotora de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público, sempre uma baluarte em defesa intransigente do meio ambiente no Estado de Rondônia e reconheço por tal; Sr. Philip Martins Fearnside, que é do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA. Agradecer mais uma vez a forma solícita e cortês como chegou à nossa terra, às nossas paragens para debater algo extremamente importante, relevante e de utilidade pública para o nosso Estado de Rondônia. Seja muito bem-vindo, Dr. Philip, fique muito à vontade para discorrer a respeito desse tema ao qual foi proposta a nossa audiência pública. Capitão Artur Luiz Santos Silva, Diretor da Defesa Civil, está aqui conosco, sintase cumprimentado por este Poder; Sr. Cláudio André Neves, representante do DNIT, que está aqui conosco, seja muito bem-vindo; Sr. Édio da Luz, Consultor da ESBR - Energia Sustentável do Brasil, ao qual eu cumprimento com os demais presentes, a nossa galeria que infelizmente não está...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eles não estão ouvindo ali na Galeria, eles estão pedindo que o técnico aqui do som que faz a parte externa tome providências.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Cumprimentar os demais que estão aqui conosco, Adailton Noleto, Moura, são pessoas que capitaneiam a defesa dos atingidos pela Usina, pela enchente de 2014, os remanejamentos e têm tido grande dificuldade na solução desses problemas, o Chiquinho da EMATER que está aqui conosco, autoridade, um grande colega, logo, inclusive suplente, logo, logo estará aqui na ALE do Estado de Rondônia. Aos demais colegas que estão aqui conosco, cumprimento e parabeno por estarem aqui e ao passo que repudio, rechaço, reprovoo a ausência da Santo Antônio Energia que sequer de forma democrática não vem aqui debater com as demais autoridades, se esquivando de um tema tão importante e tão oportuno de ser debatido, depois que o leite está

derramado é tarde e aí vão remeter a história de Mariana em Minas Gerais depois que o mal acontece todo mundo se exime, se desculpa, mas as autoridades dos órgãos de controle de fiscalização estão cada vez mais atentas, cada vez mais antenadas e certamente cobrarão a fatura dessas autoridades.

Passo a palavra ao nosso Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só, Excelência, para retificar, Sr. Luiz Cristovão, representando a Associação Comercial de Jaci-Paraná.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós gostaríamos aqui apenas de esclarecer, cumprimentar também os empresários comerciantes de Jaci-Paraná que estão aqui conosco participando, talvez seja a localidade das mais atingidas e prejudicadas e sobre o risco iminente de alagação total e perda da sua terra, já tem todo o seu lençol freático, Dra. Aidée, contaminado, toda a sua fossa e seus poços amazônicos contaminados, não têm água e nós logicamente procuramos também sanear ou minimizar os problemas os quais eles estão sofrendo sistematicamente.

Dizer que a Audiência Pública tem esse condão, tem o propósito de ouvir a comunidade, de ouvir o cidadão portovelhense, o cidadão rondoniense, que eles possam deixar registrado nos anais deste Poder todos os seus anseios, os seus pleitos de forma muito legítima, então fiquem à vontade para se inscrever aqui com o Cerimonial para que vocês possam falar e também nos subsidiar com elementos, a fim de que nós possamos fazer o nosso trabalho da forma mais correta e proativa possível. Mas vamos já de imediato passar a palavra para a Dra. Aidée, Dra. Aidée que é Promotora do Meio Ambiente do Ministério Pública, para que a senhora possa fazer as suas considerações iniciais. Por gentileza, a palavra está com Vossa Senhoria no tempo de 10 minutos, Dra. Aidée.

A SRA. AIDÉE MARIA MOSER TORQUATO- Bom dia a todos! Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Léo Moraes por tantas vezes que ele oportunizou a sociedade civil a discutir vários temas e que realmente esse é um espaço democrático de debate onde a sociedade civil pode se fazer representar, o Poder Público deve participar, os empreendedores, quando se trata de empreendimentos potencialmente poluidores devem se fazer presentes, então eu gostaria de cumprimentá-lo por essa iniciativa.

Fazendo um breve retrospecto, tão logo foram apresentados os estudos, tanto o Estudo de Impacto Ambiental quanto o RIMA, o Ministério Público do Estado de Rondônia, vendo a dificuldade do Estado em ter técnicos suficientes para analisar o EIA e o RIMA apresentados lá no IBAMA/Brasília, órgão licenciador desses dois mega empreendimentos, nós fizemos um Termo de Ajustamento de Conduta com os responsáveis pela elaboração do RIMA, que na época era FURNAS e Odebrecht, e contratamos uma empresa de São Paulo, onde lá foram contratados 20 Consultores, inclusive o Professor Philip que fez parte dessa equipe, é uma equipe super conceituada, de renome internacional e que analisou os estudos.

Os pareceres apresentados por eles demonstraram que os estudos feitos não eram suficientes para instalação desses dois mega empreendimentos, como depois ocorreu, na época os nossos estudos apresentados no IBAMA geraram um desconforto muito grande porque foi tido como um EIA/RIMA Paralelo e eu dizia na época que ele ficou muito melhor do que o EIA/RIMA, então não era um EIA/RIMA Paralelo e nem tinha essa conotação, a conotação realmente era de contribuir para que fossem feitos estudos complementares naquilo que os nossos Consultores, os Consultores contratados entendiam como insuficientes.

Esses estudos até hoje são utilizados, nós temos mais ou menos 14 ou 15 ações ajuizadas, todas debatendo situações que ao longo dos anos agora, depois da instalação e operação, eles começaram a aparecer, problemas que já eram previstos nesses estudos, então até hoje eles são, viu, professor, o nosso grande objeto para as nossas ações, porque também são os únicos estudos com consistência que foram elaborados a partir do RIMA, e estão lá dependendo de julgamento.

Nós também temos mais ou menos uns cinquenta inquéritos civis instaurados num grupo de trabalho que foi criado dentro do Ministério Público para tratar de todas as questões não só ambientais como sociais. Temos todos os reassentamentos realizados, eles têm problemas, nós conhecemos todos eles, entrevistamos quase que individualmente todas as famílias através da nossa equipe de assistentes sociais do Ministério Público, então nós conhecemos a realidade, assim como conhecemos a realidade de Jaci-Paraná, tendo até conseguido por meio da própria iniciativa da comunidade a presença da Secretaria Geral da Presidência da República com uma Audiência Pública que até hoje nós não tivemos resposta. Com relação à Audiência específica de hoje, nós, claro que a partir do trágico evento de Mariana é que as autoridades passaram a demonstrar alguma preocupação, mas nós tivemos em Rondônia um rompimento de um barramento anos atrás, que foi da PCH Apertadinho, e os danos ambientais foram muito grandes e irreparáveis, não tivemos tantos impactos sociais porque a direção do leito do rio em direção a Pimenta Bueno não era ocupada por população, mas de qualquer modo pouca repercussão teve.

Nós tivemos ações contra os empreendedores e tivemos já resolvido naquilo que era possível resolver, mas danos irreparáveis ambientais ocorreram. E os impactos daquela época não foram maiores porque a água acabou sendo contida por uma PCH de Pimenta Bueno, senão a cidade de Pimenta Bueno teria sofrido, talvez não na proporção de Mariana, mas impactos muito grandes.

Esse dado é pouco divulgado, mas esse caso aconteceu por um erro no licenciamento. Ninguém apurou que havia um erro na questão de engenharia do próprio barramento, então, assim, é uma situação grave que nós vamos tratar.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar o que nosso Estado de Rondônia vem na contramão do processo de licenciamento ambiental que é previsto no artigo 225 da Constituição Federal, uma cláusula pétrea, é um direito fundamental como o direito à dignidade da pessoa humana, na medida em que Parlamentar do nosso Estado propõe uma emenda constitucional alterando todo o processo de licenciamento ambiental. É um retrocesso para o Meio Ambiente, é um retro-

cesso para a sociedade, uma vez que propõe que o empreendedor apresente um estudo de impacto ambiental, significa meramente um estudo ambiental ele já possibilita a entrar em operação, impossibilitando que a obra que seja suspensa ou cancelada. Isso é um retrocesso não só para o meio ambiente como para toda a população eventualmente afetada por esse empreendimento, nós não teremos mais oportunidade de discutir em Audiências Públicas, nós não temos oportunidade de dizer que esse empreendimento será viável e de interesse dessa comunidade e isso está sendo, já foi aprovado na Comissão de Justiça e Cidadania do Senado.

E eu gostaria de chamar a atenção não só para os Poderes constituídos que protegem o meio ambiente e a sociedade como também a toda a sociedade civil organizada, isso é um tremendo retrocesso. Nós não teremos oportunidade de voltar a discutir um empreendimento já em operação porque ele apresentando o EIA/RIMA que não será submetido à apreciação, à consulta pública, ele entra em operação e nós não teremos nem oportunidade de dizer se os efeitos e os impactos daquele empreendimento nós poderemos rediscutir, porque impossibilita a suspensão ou cancelamento daquela licença de operação dada.

Então, nós, na verdade, eu, me causa, eu sinto uma vergonha alheia porque vim de uma reunião com todos os Ministérios Públicos do Brasil, onde Rondônia é o signatário dessa ideia. Então, eu sinceramente gostaria e como cita toda população que se manifesta a respeito disso. Tem um site aberto para que a população diga que não quer essa Emenda Constitucional, porque se nós já temos problemas nos processos de licenciamento ambiental, com todas as etapas que devem ser seguidas que são: os Estudos de Viabilidade; as Audiências Públicas; Licença Prévia de Instalação, todas essas etapas estão queimadas se for aprovada essa alteração do artigo 225 da Constituição Federal.

Então, eu chamo atenção para essa Emenda e que gostaria de ver a população do Estado de Rondônia mobilizada contra essa ideia nefasta, não só para o meio ambiente como para a sociedade. Por ora, era o que eu tinha a manifestar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer as palavras da Dra. Aidée e que demonstra a preocupação em relação a esse projeto que está em tramitação no Senado Federal e que deve ser bem analisado, eu acho que os atores devem se manifestar, se posicionar, porque abre um precedente muito grande de se tomar uma decisão, de se conceder a operação sem ter esses devidos diálogos com a comunidade. Passar a palavra para o nosso Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Excelentíssimo Deputado Léo Moraes, só para cumprimentar aqui o professor Luiz Novoa Gazon, representando o Departamento de Ciências Sociais da UNIR e já inscrito para fazer uso da palavra, o Senhor Rafael Marão, Professor Universitário da FIMCA e Najla Maria Paula, da Comissão dos Atingidos pela Cheia do Rio Madeira.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ótimo, muito obrigado. Passar a palavra agora para o Capitão Arthur Luiz Santos Silva, que é Diretor da Defesa Civil, para fazer as suas considera-

ções iniciais. Por gentileza, se quiser, fique à vontade aí mesmo.

O SR. ARTHUR LUIZ SANTOS SILVA – Bom dia, Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes; Senhor Deputado Jesuíno Boabaid; Dra. Aidée, Promotora de Justiça; Dr. Fearnside, do INPA, demais autoridades presentes, público presente na Assembleia.

A Defesa Civil Estadual tem a preocupação com o assunto trazido à discussão hoje pelo seguinte: muito se fala e pouco se tem de informação. Nós já vimos, principalmente durante a enchente de 2014, vimos algo a respeito sobre uma possível, um possível rompimento das barragens, e nós sempre ouvíamos aquilo, também éramos requisitados para nos posicionar, a nos pronunciar e pouco tínhamos em termos de informações concretas para passar para população, e logo nós que somos da Defesa Civil Estadual.

Então, assim, isso é o momento oportuno para solicitar que o Estudo que foi feito pela empresa contratada pelo Ministério Público seja divulgado e qual foi o resultado desse estudo, este estudo apresentou o quê? Concluiu pelo quê? Existe risco de dano ambiental ou se esse dano já ocorre. Os danos são sociais ou existe o dano, o risco realmente de um acidente, de um rompimento da barragem. Então, existe muito boato, muita notícia, mas pouco se tem de informação. Essa é uma excelente oportunidade para nós trazermos a informação e que ela chegue à população da maneira correta. Então, seria interessante divulgar o resultado desse estudo e para que a que tipo de risco a barragem, as barragens apresentam. E se, principalmente, se esse risco for de rompimento.

Outra coisa a colocar, outro ponto a colocar, sobre a importância da PEC que está em tramitação no Congresso, que a Dra. Aidée apontou, e seria pertinente nós convidarmos a Assembleia Legislativa de Rondônia a se pronunciar e buscar apoio no Congresso, pressionarmos os nossos Parlamentares em Brasília, Deputados Federais e Senadores, a ter um posicionamento contrário a essa PEC e a favor do meio ambiente, a favor da sociedade.

Muito obrigado, Doutor.

A SRA. AIDÉE MARIA MOSER TORQUATO – Eu só gostaria de esclarecer que à época que foram concluídos os estudos, nós fizemos uma Audiência Pública no Auditório do Ministério Público, inclusive com a presença do Professor Philip, onde foram divulgados estes estudos e ele também está disponível na página do Ministério Público, ele trata de todos os aspectos do EIA/RIMA, não só especificamente sobre o que vai ser tratado hoje aqui nesta Audiência.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradeço ao Capitão Arthur Luiz Santos Silva, e também a complementação da Dra. Aidée. Passar a palavra para senhor Cláudio André Neves, representante do DNIT, para que também faça suas considerações iniciais, por gentileza.

O SR. CLÁUDIO ANDRÉ NEVES – Bom dia. Agradecemos o convite do Deputado. Quanto a essa possibilidade de rompimento, a gente não tem muito a se manifestar, porque a gen-

te não teve acesso a projetos e nem acesso às barragens. O que a gente tem que se manifestar é que, em 2014, teve o alagamento que inundou mais de 20 km de rodovias do DNIT, o que interrompeu o tráfico para o Acre, para a região de Guajará-Mirim. E agora a gente está em tratativas com a ESBR e o com Santo Antônio, eles estão apresentando projetos para alteamento da rodovia. Então, até o final do ano, eles vão apresentar esses projetos e acreditamos que até 2017 eles vão começar a fazer as obras de alteamentos, para que não ocorra a interrupção no tráfico novamente como ocorreu em 2014. O que cabe a gente é esse aspecto só.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, senhor Cláudio André Neves. E de ato continuo, a gente já vai passar a palavra para o senhor Edio da Luz, Consultor da ESBR – Energia Sustentável do Brasil, para fazer também as suas considerações, explicar a respeito desse tema proposto. Por gentileza, tempo de dez minutos, se achar que é pouco, nós aumentamos.

O SR. EDIO DA LUZ – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Léo Moraes, pelo ato, pelo momento que nós estamos vivendo nesta Audiência, a presença do Deputado Jesuíno Boabaid, a Dra. Aidée, a quem eu conheço desde o primeiro momento aqui de Porto Velho, nos estudos, ao senhor Philip, do INPA, ao Capitão Arthur, da Defesa Civil, Cláudio André Neves, representando o DNIT.

Gostaria de dizer dizer inicialmente que a ESBR sempre se manteve transparente e presente em todos os momentos em que foi chamada a prestar algum tipo de esclarecimento, tirar dúvidas a respeito de um empreendimento. Eu não tenho a menor dúvida como engenheiro, e estou há quarenta e três anos, desses quarenta e três anos formado, quarenta anos trabalhando em hidrelétrica, comecei em Itaipu, em 1977. Eu não tenho a menor dúvida de que todas as hidrelétricas que eu passei pelo Brasil, o grau segurança de uma hidrelétrica que armazena água, e não é o caso aqui, aqui é uma hidrelétrica fio d'água, diferentemente de uma barragem hidráulica, que são conceitos diferentes, uma barragem hidráulica você armazena sólido, a tragédia de Mariana não tem nada a ver com hidrelétrica do rio Madeira ou qualquer hidrelétrica do Brasil, é bom que se esclareça isso inicialmente.

Para os senhores terem uma ideia, se nós considerarmos Itaipu, onde eu trabalhei em 1977, ela tem 119 metros de altura, tem um vertedouro cuja capacidade máxima de água é de sessenta e dois metros cúbicos por segundo, o rio Madeira, na cheia de 2014, passou agora aproximadamente essa vazão, em uma cota diferencial entre a cota máxima e a cota mínima, ou seja, cota de montante, cota de jusante, de quatorze metros. Então, nós estamos falando de uma barragem que está funcionando, uma hidrelétrica, está funcionando desde 1983, 1984, 14 mil megawatts instalados, com cento e dezenove metros de cota, contra uma hidrelétrica de quatorze metros de cota e que tem todas as fundações de fundamentos de engenharia feitas dentro de critérios internacionais de segurança. Então, sob hipótese alguma, sob hipótese alguma nós poderemos comparar uma hidrelétrica com uma barragem hidráulica, são conceitos de engenharia absolutamente distintos, barragem de rejeito, e eu trabalhei na Vale do Rio Doce,

conheço a região de Itabira onde existem várias barragens de rejeito, elas são feitas para armazenar material sólido, não é para armazenar água, não existe, por exemplo, uma barragem de rejeito, filtro, pré-filtro, não se faz a fundação em rocha, não existe a condição de plinto, ou seja, de engastamento dessa barragem nas margens, é um conceito completamente diferente e que nós precisamos ter isso em mente. Nós comparamos e assumimos determinadas condições de risco como o acidente de Mariana, em Jirau ou mesmo Santo Antônio, que eu não vou falar Santo Antônio, que não está aqui representado, é de um absurdo total.

Então, primeiro, nós precisamos, do ponto de engenharia, ter em conta exatamente esses conceitos, se a gente não tiver isso como conceito de engenharia, como conceito básico, nós vamos transferir para a população da região uma série de condições de risco desnecessárias. Seria mais, digamos assim, uma falsidade, colocada sob o ponto de vista da engenharia, para alarmar uma população, cujo risco não existe. Dentro disso, em 1910, precisamente em 20 de setembro de 2010, o Governo Federal publicou a Lei 2.334 que fala sobre a política nacional de segurança de barragens. Nessa política de segurança de barragens, ele coloca as categorias de risco e dano potencial. E coloca lá todos os programas que as barragens todas do Brasil deverão proceder vários planos e estudos, a partir daquela data de 2010, para ficarem adequadas à legislação. Isso inclusive inclui Itaipu, inclui Tucuruí, inclui todas as barragens do Brasil. A nossa aqui é de 2000, deve terminar agora no final de 2016. Então esse plano nacional estabelece todos os programas que as hidrelétricas, as empresas que operam hidrelétricas no Brasil deverão apresentar em função da aplicação da nova lei.

Em 15 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou uma Resolução Normativa 696, que estabelece exatamente para as hidrelétricas naquilo que é pertinente às obras de engenharia hidráulica para geração de energia. No caso de hidrelétrica, ela publicou essa Resolução 696 que estabelece quais são os planos que você tem que estabelecer para, inclusive, analisar o risco e as contingências desse risco em relação a qualquer tipo de acidente. E nós temos, em função disso, o plano nosso já estava em curso, que é o Plano de Ação de Emergência desenvolvido pela Energia Sustentável do Brasil. Esse Plano inclusive já foi discutido com a Defesa Civil do município e temos até o final do ano o prazo determinado pela ANEEL para apresentar esse Plano ao público. Mas ele já se encontra em fase, praticamente, de conclusão. Há necessidade de alguns ajustes do Plano em relação à legislação, que é a anterior e a Resolução da ANEEL que foi publicada posteriormente.

Então, quero dizer para os senhores, com todas as letras e com toda sinceridade que, primeiro, não existe hipótese, nenhuma hipótese de você comparar a barragem hidráulica de Mariana, que deveria armazenar rejeitos, portanto não líquido, mas sim material sólido, embora o processo de enchimento dessa barragem é através do arrasto hidráulico do material que é lavado na mina e vem para dentro dessa bacia de rejeito. Então, vai acumulando nessa bacia o material sólido e que, portanto, não existe carga sob o ponto de vista hidráulico na barragem de rejeito. Portanto, ela é feita com menor grau de segurança. E eu vou passar à mão aqui do Deputado, se me permite, Deputado, para que isso não tenha dúvida ne-

nhuma e não fique só a minha palavra e a palavra de outros palestrantes que aqui virão dissertar sobre isso. Eu vou passar às suas mãos, Deputado, um documento de Luiz Fernando Martins Ribeiro, que é a tese de doutorado dele em Geotecnia, de um colega que estudou no mesmo Instituto que eu estudei na Holanda, do Instituto Internacional de Hidráulica e Meio Ambiente. Esse documento, ele faz uma análise sob o ponto de vista da engenharia e dos cuidados em barragens de rejeitos, especificamente barragens de rejeito. Ele não entra, não aborda a barragem de hidrelétrica.

Se me permite, eu vou ler o que está aqui no texto. Diz o texto, em resumo: *“As barragens de rejeito alteadas pelo método de montante e construídas com a técnica de aterro hidráulico apresentam sérios problemas relacionados aos aspectos constitutivos de segurança, pois existem poucas especificações técnicas relacionadas a esse tipo de estrutura. O material é lançado de forma quase aleatória, sem controle das variáveis que influenciam o processo de deposição. Nesse contexto, propõe-se um estudo a partir da simulação em laboratório das variáveis que influenciam o processo de deposição hidráulica, tais como vazão e concentração. Quanto maior a concentração da vazão em termos de sólido ou líquido é que vai definir se a estrutura da barragem é resistente ou não. O objetivo principal dessa tese é analisar a influência das variáveis de formação dos aterros hidráulicos, avaliando geometria do talude do depósito principalmente, os valores de densidade *in situ*, densidade real dos grãos, porosidade, etc.*

O estudo proposto tem como base a utilização de um equipamento simulado de deposições hidráulicas desenvolvido dentro desta tese, visando simular o processo de formação das barragens de rejeitos, construídos com técnicas de aterro hidráulico. Este equipamento permite o controle das variáveis que afetam a deposição hidráulica, como vazão e concentração da lama. São apresentados os detalhes dos equipamentos de simulação e por aí afora”.

Então, o que nós temos aqui, esse documento aqui é uma tese de doutorado, não é minha, mas de um colega que estudou no mesmo Instituto, na Holanda. Eu vou passar às mãos do Deputado, porque aqui mostra exatamente o que é uma barragem de rejeito e o que é diferentemente todo o processo de construção e de garantia de segurança, estabilidade, infiltrações e outros mais. Eu passo à mão do Deputado, por favor.

Então, o que eu queria, em resumo e concluindo, dizer para Vossa Excelência é o seguinte: não existe qualquer risco, sob o ponto de vista da Engenharia, porque uma barragem hidrelétrica dessa ela é assentada por rocha, é feita toda nas escavações, todas as estruturas são calculadas com os critérios de segurança internacionais, diferentemente, volto a repetir, de barragem de rejeito que não tem todos os critérios de segurança.

Então, em resumo, a SBR neste momento afirma e garante que não há nenhum risco hidrológico, sob o ponto de vista de rompimento da barragem, e muito menos estrutural. As vazões que passaram, volto a repetir, em abril de 2014 de 62.000 metros cúbicos, não passariam no vertedouro de Itaipu. Ou seja, o vertedor de Jirau tem a capacidade para passar 82.000 mil metros cúbicos por segundo e ele se comportou como deveria na cheia. Essa cheia praticamente corresponde

a 500 anos para ter uma cheia de 82.000 mil metros cúbicos por segundo, nós teríamos que ter uma ocorrência em 10 mil anos, que é o critério utilizado internacional para garantia de vazão de barragem. Além disso, a Hidrelétrica operando com 50 máquinas e tendo todos os vertedores abertos garantidos, ela pode garantir vazão até de 102.000 mil metros cúbicos por segundo. Ou seja, nós teríamos que ter absolutamente um dilúvio, em linhas gerais, para bom entendimento, para que alguma coisa acontecesse. Se acontecer em Jirau nessas condições, é claro que toda Amazônia estaria em baixo d'água.

Então, é realmente um absurdo ficarmos discutindo comparativamente um risco de uma barragem que aconteceu em Mariana, que não teve os cuidados que está dito ali na tese de Doutorado, não minha, mas é bem ilustrativa, contra uma barragem que está sendo construída e contra todas as barragens que foram feitas no Brasil de maneira responsável e com garantia da Engenharia e da Segurança e não se tem nenhum acidente. Nós temos uma barragem de Itaipu que tem 119 metros de cotas, gente. Quando eu trabalhei em Itaipu, o que se discutia na época lá, na construção, é que o Governo, na época do Governo Militar, dizia que estrategicamente Itaipu era uma barragem de garantia, inclusive de eventual ataque dos argentinos contra o Brasil. Porque se você abrisse as comportas de Itaipu você inundaria Buenos Aires. Só para vocês terem uma ideia do que era o momento que se vivia naquela época, e do risco que essa barragem representava para um país vizinho. E ela está lá desde 1984, funcionando, não tem registro nenhum de acidente, nem de *over top* e coisa alguma.

Então, o que nós estamos discutindo, quando se fala em hidrelétrica, dimensionada, calculada, projetada com as melhores técnicas, com os melhores conceitos de Engenharia, com o Brasil, inclusive as turbinas que foram feitas lá na China, em Três Gargantas, elas foram fabricadas aqui no Brasil, parte das turbinas. Três Gargantas tem 22.000 *megawatts*, tem 195 metros de cota. Só que a vazão que passa lá é a metade da vazão que passa aqui no rio Madeira. E vocês podem perguntar: como é que lá tem tanta energia e aqui tem tão pouca? Porque o conceito é exatamente simples. Lá tem cota, lá tem altura, lá tem menos água e mais altura. Aqui nós temos muito mais água e menos altura, por isso é que nós geramos a energia aqui. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer aí as considerações iniciais do senhor Edio da Luz, que é o consultor da ESBR, que nos traz informações, considerações por parte do consórcio.

Passar a palavra agora para o Doutor, senhor Philip Fearnside, que é do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, INPA. Pode fazer as suas considerações, a sua apresentação no tempo que lhe convier.

O SR. PHILIP MARTIN FEARNSIDE – Obrigado. Bom, enquanto isso deixa eu esclarecer um pouco em defesa da senhora Aidée, falar do problema de Mariana. Aqui não é exatamente em comparação que o senhor Edio de Jirau estava falando, de que o perigo de uma barragem de rejeitos igual a uma hidrelétrica. O que é semelhante é o problema dos estudos ambientais, dos licenciamentos que tinham falhas lá em

Mariana. Não foi feito direito a avaliação de perigo. Então, essa que geologicamente é semelhante o que rejeito é igual a hidrelétrica, a cota é igual etc. Então é importante entender isso.

Eu tenho problemas, sim, e de fato não é o caso, aqui não tem nenhum risco, tem um risco sempre, mesmo sendo pequeno, mas como vão ver aqui é bem maior do que foi considerado no cálculo quando foram projetadas essas barragens no rio Madeira. Não é que as empresas assim não seguiram as regras da época, é que as regras estão inadequadas.

Então, vamos ver aqui. Eu vou falar sobre as barragens do rio Madeira como a *espada de Dâmocles*. Deixa eu primeiro aqui fazer a propaganda deste site aqui que tem muito mais informação sobre essas barragens, vários trabalhos e muitas outras barragens e programas na Amazônia.

Bom, primeiro é sempre importante dizer de onde vem esse dinheiro, no meu caso vem dessas fontes aqui, são todas fontes acadêmicas, não tem nenhuma empresa de hidrelétrica nessa lista, tem muito mais informação aqui sobre o grande projeto chamado Instituto Nacional que eu coordeno. E também deixa eu fazer propaganda deste livro, tem dois volumes, pode pegar daquele site sobre hidrelétricas na Amazônia, inclusive vários capítulos sobre as hidrelétricas do rio Madeira, e também uma série de trabalhos toda semana, toda terça-feira sai um texto de divulgação científica nesse site da Amazônia Real, inclusive tem uma série sobre justamente esse problema do perigo de rompimento das barragens, a barragem como a *espada de Dâmocles*.

Bom, primeiro, o Dâmocles é a figura do mito da Grécia antiga, uma pessoa, aqui um quadro de 1812, ao longo desses últimos três mil anos esse tem sido assim o exemplo desse tipo de perigo, ele assim não era nascido um rei, mas foi dada essa posição de privilégio, só que em troca os deuses mandaram que fosse pendurada uma espada em cima da cabeça dele, suspensa por um único fio de pelo da cauda de um cavalo, então era um perigo constante que ele tinha em cima dele assim em troca desse privilégio, e é uma coisa parecida com a situação de Porto Velho, estamos aqui com essas barragens em cima que representam um certo perigo constante.

Então, é importante ver como isso funciona. Como todos sabem, já temos duas barragens, de Santo Antônio e Jirau, e também tem outras duas planejadas, a de Guajará-Mirim, que é mais conhecida como Cachoeira Ribeirão e de Cachoeira da Esperança em Bolívia. Então, se qualquer uma dessas barragens romper, irá levar as outras juntas, não é, sobretudo se fosse acontecer durante uma grande enchente do tipo de 2014, então é importante ver as oportunidades que é uma coisa que é multiplicada por todas essas barragens. Então, da maneira que foi apresentado inicialmente essas barragens, essa é uma fotografia em que aparecem vários documentos iniciais, inclusive estudo de viabilidade como seria esse tipo de barragem. Essa é uma fotografia de uma barragem no rio Danúbio, na Europa, que tem esse tipo de turbina que temos aqui, uma peça que é uma novidade, turbinas bulbos e se vê que o rio é igualzinho em cima, embaixo barragem, não tem lago, simplesmente vai passando, só que não é exatamente aqui neste caso aqui de Santo Antônio, há uma pessoa com a escala do tamanho de turbina e tem que ter uma certa altura, se vê esses números em mais de 50 metros a altura da água, quer dizer, não é só o rio passando, não é igual 119 metros em

Itaipu, mas é uma coisa razoável, então esse lago fica nesse caso só 7 km em cima do centro de Porto Velho, que se vê ao fundo ali, e em 2014 teve grande enchente que todos aqui conhecem demais, inclusive os impactos disso foram aumentados por causa das barragens, recomendo esse texto meu na Revista Ciência Hoje, pode pegar aí no site lá, e tinha uma coisa de grandes proporções com impactos humanos embaixo, se vê aqui, por exemplo, castanheiras abaixo de Humaitá, essa é uma árvore de terra firme, não de várzea, se tem marca de água. Aqui uma apresentação da empresa Santo Antônio e se vê assim como que é todas as comportas abertas antes de 2014 e dá para ver que não tem muita folga aqui para ter mais água do que tinha naquela época, dava para ter mais, mas realmente está chegando perto aos limites de passar água pelos vertedouros e tinha inclusive de fechar todas as turbinas na época. Então, é muito importante que o vertedouro seja de tamanho para passar toda a água do rio, não dá para contar com a capacidade de turbinas para passar uma parte da água da enchente porque o nível de água subiu abaixo da barragem e tinha que fechar todas as turbinas, no caso, de Santo Antônio.

No caso de Jirau, tinha um incidente pouco parecido em 2015 quando tinha um problema na subestação e de repente tinha que fechar as turbinas. Então, o nível de água subiu repentinamente dentro do lago uma coisa do tipo que ia acontecer com grande enchente também. Então, é muito importante e não dá para contar com as turbinas para passar a água e essas, como foi falado aqui, foram desenhadas por uma enchente calculada a acontecer uma vez em 10 mil anos, só que de fato não é essa a poluidade, os cálculos para as duas usinas são isso pouco mais de 80 mil metros cúbicos por segundo como capacidade.

O que aconteceu em 2014 chegou a 60 mil, isso em termos instantâneos, o instantâneo que é importante em termos de segurança desses vertedouros, não é a média diária, é instantâneo. Agora, se fosse 50% maior do que aquilo, então teria chegado à capacidade do vertedouro. Então, a questão se essa é uma margem suficiente para ter segurança e é bom lembrar que aquele evento de 2014 foi já 23% maior de que o maior evento que tinha de registro antes que foi de 1884. Então, será que poderia chegar a ter quanto por cento a mais? Se vê aqui a enchente de 1884, essa é a média aqui, e o que aconteceu em 2014, então será que poderia chegar aqui 80 mil? No entanto, a questão é qual a probabilidade de isso acontecer? Então, foi feito uma análise pela ANA em 2014, pela Agência Nacional das Águas, depois da enchente de 2014, para recalcular quanto seria aquela probabilidade. Então, considerando cheia, a de 58 mil, essa que é a média diária que é menor que a instantânea.

Apresentar uma perda equivalente há 113 anos. O cálculo antes era de que seja 300 anos sem ter o dado de 2014 e depois passou há 113 anos e 2,6 vezes inferior, quer dizer, 113 eu acho isso 1/3 de 300 anos, quer dizer, triplicou a probabilidade de ter uma enchente daquele tamanho de 2014, então isso é importante, de fato é um sinal que o clima já mudou, já temos mudanças, de fato é realmente um pouco chocante ver essa afirmação do Santo Antônio na Carta aqui de que diz que: “Assim, mesmo que as vazões se tornem maiores em virtude do aquecimento global, hipótese que deve se destacar

ainda não foi cientificamente comprovada, a barragem, a estrutura pode suportá-la".

Agora, se está dizendo que aquecimento global não é cientificamente comprovado, está totalmente por fora; se está dizendo que aquecimento global leva mais enchente no rio Madeira, também está bem defasado. É bom lembrar de que em termos oficiais desse quarto relatório de I.P.C.C, em 2007 já considera que aquecimento global vai levar mais ventos *La Niña*, que é o que é associado com as maiores enchentes aqui, inclusive entre 21 modelos de climas analisados só 03 estão mostrando esse aumento de *La Niña* e de lá para cá tem muito mais pesquisa. Então, realmente são bem defasados.

Mas importante é que aqui, já com esse evento, já triplicou o perigo, uma coisa desse tamanho.

Então, aí em 2014 se faz uma projeção de quanto seria o perigo a 10 mil anos, seria uma coisa sem ter dados nessa faixa, de fato os dados usados inicialmente para fazer o cálculo na hora de projetar as vertedouros só tinha dados de 1967 em diante, quer dizer, são poucos anos de dados para um cálculo que aconteceria em dez mil anos, mas tem e tinha outros dados muito antes de ter assim medidas de vazão do rio, etc. Essa descoberta que em 2014 tinha uma mega enchente na Amazônia, em dois mil e setecentos anos atrás tinha uma enchente que deixou mais de duzentas vezes a quantidade de sedimentos depositados do que uma enchente normal, quer dizer, foi uma enchente que teria varrido todas essas barragens. Então isso é muitos mais de dez mil anos mesmo com o clima, sem mudanças climáticas no aquecimento global, é uma coisa que já não é aquela probabilidade, aí é aquele grande pico a dois mil e setecentos anos atrás, e vamos dizer que tinha uma outra grande enchente a seis mil anos atrás. Então é uma coisa que mesmo com o clima não alterado não é nessa faixa, daí tem muito mais pesquisa nesses últimos anos, o ano passado uma Revista como a *Mary Change*, uma das melhores revistas na área sobre o aumento de eventos de chuvas que quebra todos os registros na hipótese de aquecimento global. E isso conclui que os avanços recentes de modelagem de clima mostram que a continuação do aquecimento global vai aumentar grandes extremos de participação. E diante daquele evento de 2014 tinha o evento do *La Nina* e tinha junto com isso duas coisas: a Zona de Convergência do Atlântico Sul fica posicionada sobre a Bolívia e também tinha um desvio aqui da Zona de Convergência intertropical. Então, esses dois juntos sobre a Bolívia e junto com a *La Nina* que deu a grande quantidade de chuva e todas essas são coisas que estão aumentando, *La Nina* está aumentando barbaridade nessa linha, isso aqui que traz o vento frio que vem da Antártica aqui para Rondônia, por isso que tem friagens aqui em Rondônia. O que não tinha, por exemplo, em Manaus, não isso. Então essa posição vem variando mais, varia o outro lado para causar grandes saques em São Paulo, então estão aumentando também irregularidades aqui, são várias coisas, essas são ligadas às temperaturas no Atlântico, mas à *La Nina* em si e a temperatura no Pacífico.

E o aquecimento global projetado aqui pelo IPCC, a média do que vai acontecer prevista é que mais a incerteza leva a coisas maiores, então é bom lembrar disso, uma coisa com muitos dados por trás. E ainda temos o novo modelo de clima brasileiro que foi lançado agora, então isso mostra aqui os dias de precipitação extrema com o aquecimento global, ia aumen-

tar bastante na área de São Paulo, mas vejo aqui que justamente onde estamos e ao longo do rio Guaporé nós temos outra faixa de aumento desses grandes eventos de chuva e também no sopé dos Andes, então tudo isso é capturado pelo Pacífico e rio Madeira. E ainda mais que tem as projeções na parte oeste da Amazônia, nesse caso da bacia do rio Amazonas do lado da bacia do rio Madeira, no Peru, no caso mostrando muito aumento nos grandes eventos de inundações previstos com o aquecimento global, você vê aqui como aumentou. A coisa mais provável, mas esses níveis aqui com grau de incerteza são aumentos muito maiores.

Agora vamos ver um pouco como foi tratado no licenciamento das obras. No IBAMA, entregamos mais de 150 perguntas às empresas que tinham que ser respondidas, algumas sobre isso aqui. Então, uma das perguntas foi: qual a importância de conhecer fenômenos associados com *La Niña* com o planejamento dos empreendimentos? E as respostas das empresas foram essas aqui: *A questão dos processos hidrológicos produzidos no fenômeno ENSO, que é El Niño com oscilação do Sul que inclui o La Niña, tem uma concorrente cinco com escala em prol de suas consequências em termos de produção hídrica de sedimentos na bacia também refletidos nas séries hidrológicas históricas e dessa forma, consideráveis são os projetos. Os estudos são muito mais úteis com base para previsão de clima de precipitações e de vazões, atividades característica da fase de operação das usinas quando os prognósticos de ocorrências futuras vazões podem gerar economia e segurança em geração hidroelétrica.*

Então, há preocupação em torno com a geração de energia, se isso vai afetar a energia que vai ser produzida e não a segurança em Porto Velho, há preocupação. E a outra pergunta: quais impactos podem ser causados a nós pelos aproveitamentos hidroelétricos propostos na ocorrência de elevadas chuvas instantâneas e rápido crescimento do nível da água. Quais as medidas modificadoras, preventivas podem ser adotadas? A resposta foi tal e nas adequadas somente no caso de bacias hidrográficas de pequenas dimensões ou de grandes declividades. Não há a possibilidade de chuvas instantâneas causarem rápido crescimento do nível da água no Madeira. Só que justamente em 2014 tinha essas grandes chuvas instantâneas cobrindo grande parte da Bolívia, não são bacias pequenas e houve mesmo grande enchente. Então, realmente faz parte da preocupação.

Agora, é importante destacar que essas são uma das coisas, como foi destacado pela senhora Aidée, existem muitos problemas no licenciamento, no EIA/RIMA, etc., não apenas o problema de cálculos de quanto seriam essas enchentes máximas e temos o fato de que o parecer técnico do IBAMA recomendou a não emissão de licença prévia, o que foi simplesmente passado por cima, trocando as pessoas aqui no IBAMA, etc. Então, é um problema grave e dentro do processo de licenciamento recomendo esses trabalhos sobre o rio Madeira, todos têm versões em português naquele livro, são muitos problemas além desse aqui, quando se trata de sedimentos, migração dos peixes, muitos problemas desses aqui.

Agora, temos vários perigos. Por exemplo, o atual Presidente do IBAMA, querendo deixar autolicensing das empresas, ao invés de ser uma coisa separada. E tem duas propostas no Senado, a proposta de Emenda Constitucional que

foi apresentada por um Senador de Rondônia e também tem um Projeto de Lei Federal no Senado que foi apresentado pelo Senador Romero Jucá, os dois aprovados nas Comissões e esperando votação. Então, são coisas graves que basicamente vão abolir o licenciamento ambiental.

Então, justamente quando tem esses problemas que precisam de mais vigor, está um movimento aí para diminuir essa exigência. Então, esse é um problema grave. Então, para concluir, se tem essas barragens já existentes, duas delas, então não dá para tirar as barragens, refazer com vertedor maior, coisa assim, simplesmente está lá, dá para tirar adaptações, o melhor plano de evacuação, etc., baixar mais o nível de água se está para ter uma grande enchente, mas é uma coisa que no seu contexto básico já está feita. Mas o importante é ele aprender a lição sobre isso, porque tem muitas outras barragens planejadas, duas acima de Porto Velho, e mais muitas outras. Então, esses grandes planos são o que tem que rever, levando em consideração as lições desse aqui. É bom lembrar que esse é o plano 2010 que já vem sendo modificado ao longo dos anos, mas em sua grande escala é a única vez que o Governo liberou um plano inteiro, não apenas o que vai acontecer nos próximos 10 anos ou poucos anos de construção de barragens.

Então, basicamente em todos os rios, rio Madeira para leste seria convertido em cadeias, seria um lago depois o outro. Então, isso tem enormes impactos, um é que vai expulsar toda a população vicinal, ribeirinhos, povos indígenas, etc., etc., que vivem ao longo dos rios, em dois terços da Amazônia Brasileira. Mas também tem esses outros perigos, inclusive perigo de rompimento de qualquer uma dessas barragens. Então, é muito importante que seja fortalecido esses procedimentos de fazer os cálculos e todo o sistema de licenciamento.

Obrigado. Tem muito mais informações no site.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Dr. Philip Fearnside pelo início aqui das nossas discussões. Registrar a presença do Excelentíssimo senhor Vereador Aldemir Carneiro de Oliveira, da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, seja bem-vindo, Vereador. Antes de passar a palavra aos nossos convidados, gostaria de passar de forma muito breve ao senhor Edio da Luz, que ele quer apresentar uma informação.

O SR. EDIO DA LUZ – Gostaria de fazer alguns comentários em cima das palavras do senhor Philip, porque o que ele apresentou aqui para a gente, não vou entrar nos critérios de licenciamento porque isso para mim é uma situação já superada, até porque no EIA/RIMA nós não participamos, não temos nada a ver com EIA/RIMA, nós fizemos em cima de uma EIA/RIMA existente e um plano básico ambiental para implantar aquilo que foi definido pelo Governo. Mas eu também não tenho nenhuma apresentação e nenhum livro para mostrar para os senhores, se alguém tiver curiosidade de saber da minha história profissional de quarenta anos de hidroelétrica é só digitar o meu nome *Edio Laudelino da Luz* no Google, e lá vocês vão ter a minha história do setor elétrico, tudo que eu fiz na vida está lá. O que eu publiquei, o que eu pesquisei, tem uma história de pesquisa também, tem uma história construída, inclusive na Universidade do Amazonas junto com a Universidade do Tennessee, da TVA Authority, Dr. Marconi que foi o meu

orientador. Então, eu não estou aqui para vender o meu currículo, com toda sinceridade, mas eu gostei da apresentação dele, porque a apresentação mostra os fatos, e eu posso de certa forma também ampliar.

Quando ele coloca ali as fotos dos vertedores, onde está passando toda vazão, ele só mostrou de um vertedouro. Santo Antônio tem dois vertedouros. Então, aquilo ali não confere com o fato, a vazão que estava passando ali na cheia não passaria naquela quantidade de vertedouros, tem uma parte que está passando em outro vertedouro que não está mostrando na foto. Ele comentou que dezessete máquinas de Santo Antônio, e eu não tenho nada a ver com Santo Antônio, eu não estou representando Santo Antônio nesse ato, ficaram paradas durante a cheia, e realmente ficaram porque as máquinas de Santo Antônio elas são calculadas para trabalhar numa cota definida, porque Santo Antônio opera na cota setenta permanentemente. Então, quando você aumenta a vazão e ela passa no vertedouro, você levanta a vazão, levanta a cota de jusante, e tem um limite que a máquina, a curva ótima da máquina para ela não cavar, tem uma cota mínima que está no projeto da máquina, que ela tem que operar.

Eu posso chegar lá, se me permite?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu só pedi para nós respeitarmos as falas, e quando quiser vocês que estão inscritos aqui, para que não tenha problema e nem prejuízo.

O SR. EDIO DA LUZ – Então, Santo Antônio ficou com as máquinas paradas exatamente por isso, porque em um determinado momento, não era possível gerar porque sacrificava a eficiência da máquina. Jirau, mesmo na cheia máxima, com todas as máquinas que ela tinha, ela continuou gerando, não desligamos nenhuma máquina. Então, posso garantir para vocês que além dos oitenta e dois mil metros cúbicos que é a vazão de década milenar no reservatório do vertedouro, nós temos ainda vertimento, tem umas vazões pelas máquinas e se numa hipótese das máquinas não poderem gerar em condições extremas, nós ainda temos mais sete mil e quinhentos metros cúbicos, a máquina parada e a água passando só pela turbina. Então, na verdade, a vazão máxima de Jirau seriam os oitenta e dois e mais a vazão que passaria nas cinquenta máquinas com elas paradas. Se elas ficarem girando, você tem mais um total que daria os cento e dois mil metros cúbicos.

Então, sob o ponto de vista da vazão máxima estimada, há recurso de Jirau. Segundo, tem mais outro aspecto que eu tenho que comentar. Jirau opera na cota 90 na cheia e na 82 na estiagem, portanto, o reservatório de Jirau ele flutua ao longo do ano, respeitando as condições do rio. Todo sistema de telemetria moderno permite que você tenha as vazões afluentes à barragem no mínimo com quinze dias. Então, aquilo que ele falou ali que numa bacia, como está dito ali, numa bacia pequena, uma preservação instantânea é realmente um problema grave, é, mas numa bacia extensa, numa região como essa onde você tem um reservatório que pode operar com cota menor, ou seja, você pode defluir parte da vazão esperando qualquer condição de risco que possa acontecer por uma precipitação e ela não é instantânea nas condições do rio Madeira, está certo? Então é previsível, ele pode administrar realmente esse risco, por isso é que está dito lá, e foi dito ali na

resposta que na parte operacional você soluciona essas questões.

E quanto a falar de clima, e colocar aqui no caso Jirau, e todas as usinas do Amazonas terão problemas enormes em função das mudanças climáticas, nós temos que pensar inclusive em Tucuruí, em Balbina, Estreito, todas as usinas pelo Brasil afora, porque se houver uma mudança climática total nós temos que revisar tudo que está no Brasil, e não especificamente Santo Antônio e Jirau. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Dr. Philip Fearnside quer falar alguma coisa? Senão nós vamos passar...

O SR. PHILIP MARTIN FEARNSIDE – Justamente o que estava falando, tem que ver isso para todas as usinas e não apenas essas duas, e sobretudo para as usinas futuras, que está seguindo uma regra que está defasada em termos de calcular quanto é a probabilidade de ter a cada 10 mil anos, tem que incluir a mudança climática e tem que conseguir incorporar o conhecimento do passado, não de um registro pequeno como no caso de 1967 para cá, que é o caso dessas duas usinas.

E mais ainda, tem outra coisa que, segundo a regra da Eletrobras de 1987, que foi aplicada aqui, tinha que ter, se não tivesse 40 anos de dados sobre as vazões dos rios, então tinha que aplicar a percentagem de 5%, 10%, dependendo o critério acima disso para ajustar por incerteza. E nesse intervalo de tempo de 87 para cá, passou esse marco de 40 anos, no caso dessas duas barragens. Então, no ano passado, a Santo Antônio solicitou para a ANA se é permitido não fazer mais esse ajuste pela incerteza, se foi aprovado seguindo a regra. O problema é que mesmo com 40 anos isso não acaba com a incerteza. Então, é importante ter uma margem de segurança além do cálculo, e é uma coisa que aplica em todas as barragens. Então, essas são coisas importantes. Essa informação de que dá para ser mais 700, 500 metros cúbicos é uma coisa importante e vai melhorando. Mas de fato é importante seguir a regra de que o desenho do vertedouro tem que ser capaz de passar toda a água e não contando com as turbinas com 10 mil anos assim de teste de retorno daquela vazão.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem breve que a Dra. Aidée...

O SR. EDIO DA LUZ – Só para esclarecer, Philip, a Jirau, na verdade, a década milenar era 70 mil, nós colocamos mais um vertedouro. O vertedouro original de Jirau era de 17 vãos, nós colocamos 01 vão a mais exatamente para atender essa condição de garantir essa vazão adicional em geral. Ok?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Passar a palavra para a Dra. Aidée, que por conta de outra agenda terá que se ausentar e gostaria de fazer algumas considerações em cima da fala do técnico da usina, do Consórcio, assim como do Dr. Philip.

A SRA. AIDÉE MARIA MOSER TORQUATO LUIZ – Bom, eu não vou me ater a discutir ou rebater o Professor Philip, até porque nós nos orientamos pelo que ele defende. Então, a nossa preocupação, nós somos da área jurídica, já não é da área técnica, então nós consideramos sempre todas as possibilidades

des que os cientistas nos trazem. Nós discutimos, então, baseados no que os cientistas nos trouxeram naqueles estudos que foram feitos, nós sempre tivemos uma preocupação muito grande que não beirava a possibilidade de haver um rompimento. Mas a gente já tinha algumas preocupações, primeiro com relação à Jirau, porque foi estudado que o barramento seria num determinado local e após o certame licitatório foi deslocado alguns quilômetros em direção então mais próxima aqui da Santo Antônio. E isso gerou uma ação civil pública, que ela tramita, porque apesar de que nós não conseguimos a liminar para que novos estudos fossem feitos nesse local onde o Consórcio vencedor construiu o barramento, nós sempre tivemos uma preocupação muito grande que exatamente no barramento não foi estudado. Foi estudada toda uma bacia e no local diverso daquele onde foi instalado o barramento. Essa ação está em tramitação e apesar de que está prejudicado o seu objeto em si, mas está em fase de instrução para que então nós nos cerquemos de todos os cuidados para que eventualmente não venha acontecer alguma coisa, porque entendemos que esse local não foi estudado.

Outro fato que eu gostaria de colocar, que apesar de ser defendido que são duas usinas ao fio da água, inclusive pelos cientistas, nós hoje, depois das usinas em operação, temos visto que nós temos um reservatório enorme e que ele está se expandindo. E com que é que nos preocupamos? A gente tem visto, Jaci-Paraná é um exemplo onde foi delimitado reservatório já está avançando dentro da cidade. E isso, segundo também a orientação de pesquisadores que estudam isso, realmente os estudos ressentiram de estudos com relação ao clima, até porque nós temos consequências do degelo dos Andes. Então, nós temos uma situação diferenciada, Doutor Edio, que nos preocupa, que nós temos esse fenômeno. Então, é claro que uma cheia agravada por uma alteração climática junto com esse reservatório que já não é pequeno é bastante significativa e grave, e que nós temos que considerar. Não dá para nós imaginarmos que é fio da água e que a água passa, não. O lençol freático está cada vez mais encharcado e a gente não sabe aonde é que vai parar, então nós temos que enfrentar esse assunto, sim. E independentemente de risco iminente ou não, nós temos que considerar todos esses aspectos para não chegar futuramente, porque nós não vamos ter uma consequência mínima de uma eventual tragédia, não digo de um rompimento de barragem, mas de qualquer fenômeno que possa ocorrer nestes dois empreendimentos, as consequências são gravíssimas e irreparáveis.

Então, nós temos que nos cercar de todos os cuidados, sim. A Jirau encaminhou para gente, na época de Mariana, independentemente de ser situação diferente ou não, é um fenômeno que chamou muita atenção e causou uma perplexidade nacional e internacional, é lógico que chama atenção essa quantidade de empreendimentos hidrelétricas e PCHs que querem se instalar, Rondônia está cheia na ANEL de futuros empreendimentos. Essas mais duas usinas, quer dizer, é muito grave nós termos concentrados empreendimentos de tamanha magnitude em um curso natural apenas de águas, sendo o rio Madeira o rio único do mundo, não sou eu quem digo, são os pesquisadores. Então há, diferentemente até de Santo Antônio, Jirau apresentou relatório que ele fez o plano de segurança em 2013. E agora coma resolução da ANEL depois de

Mariana, que ela editou uma resolução aqui mais rígida, eles têm tempo até 22 de junho para complementar aquilo que nesses relatórios que eles tinham, diferente de Santo Antônio que até hoje não apresentou nada.

Mas o que eu queria colocar é que isso não é um assunto tão simplório, se vai haver ou não rompimento. Nós temos que discutir, esgotar todas as possibilidades, cercados de todos os cuidados. O EIA/RIMA foi considerado insuficiente em muitos aspectos. E não houve complementação de estudos. Então, eu acho que esse debate, independentemente de posições, ele tem que ser travado, sim. Daqui é importante que saia uma deliberação tanto para principalmente para a ANEL, porque ela no momento que ela entende como viável um empreendimento hidrelétrico, nesse primeiro momento ela não considera muito os aspectos sociais e ambientais, não, ela deixa para o IBAMA, e o IBAMA ele licencia lá em Brasília. Então, nós temos que nos preocupar com isso, sim, sabe. Então, é essa a mensagem que eu deixo. Eu peço desculpas pela minha ausência a partir de agora, mas eu estou sozinha na Promotoria e tem uma audiência aqui com pessoas de outro Estado que eu não pude então pedir a redesignação. Qualquer coisa o Ministério Público está sempre à disposição.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer a Doutora Aidée pela valiosa contribuição nas nossas discussões, nos nossos debates. É interessante que a gente faça essa discussão justamente para esclarecimentos. Como nós Parlamentares muitas vezes não temos o conhecimento, nós não temos o domínio da matéria tratada, por exemplo, existem muitas terminologias e questões técnicas que nos chamam atenção, ao mesmo tempo desconhecimento. *Fio d'água*, o que seria essa denominação? Esse conceito de *fio d'água* se existe o reservatório. Isso é alguma coisa que pode de repente ser respondida, porque se existe *fio d'água* obrigatoriamente não existiria um reservatório em franca dilatação e expansão.

Outra questão que a gente vai ouvir, principalmente da comunidade e depois nós vamos contribuir também, é em relação às compensações, que não são objeto das discussões, mas acabam sendo indiretamente, acabam indiretamente trazendo à tona todas essas questões que são importantes, porque o prejuízo ele é insofismável.

Passar a palavra para o senhor Adailton Noletto, que é o representante da Associação dos Produtores Rurais da Linha Aliança, Baixo Madeira. Por gentileza, Noletto, com a palavra pelo tempo de 5 minutos.

O SR. ADAILTON NOLETO - Bom dia a todos. Eu sou o professor Adailton Noletto, eu estou aqui em nome das comunidades ribeirinhas a jusante das usinas de Santo Antônio, comunidades das quais nós fizemos parte no ano de 2014 como membro da Comissão dos Atingidos pela Cheia do Rio Madeira, onde reuniu 18 representantes de comunidades no resgate de animais, famílias e de objetos e pertences daquela gente que ficou em grande dificuldade pela questão até da ausência do Estado no primeiro momento. E de lá para cá, tanto eu quanto o Moura presente aqui, está a Najla também lá de São Carlos, Ruslan do Conselho de Agricultura. O que nós percebemos é que, senhores promotores aqui da ciência e dos empreendimentos do rio Madeira, senhor Deputado Léo Moraes que é o

proponente da matéria, interessante o debate, o que nós observamos no meio de tudo isso é que nós estamos aqui a jusante da usina, independente se foi São Pedro ou se foram os lobistas que se lançaram a políticos de Rondônia, temos 2.800 famílias jogadas às carapanãs, jogadas às cobras, sem terra para produzir, morando em barraco de lona e de palha, gente que tinha a sua casa, aqui de São Sebastião, bem na frente do vertedouro até Demarcação no rio Machado. São rondonienses que não têm sido ouvidos pelo Poder Público do Estado e muito menos pelos empreendimentos, que a União enterrou 32 bilhões de reais nesses dois empreendimentos, e isso tem que ser...

Essa audiência pública é oportuna, Deputado Léo, e eu acho que ela tem que ser extensiva, eu acho até que o tema não deveria ser o risco de rompimento das barragens, mas o tema teria que ser a preocupação com todos os grandes empreendimentos, principalmente em Porto Velho. Nós ainda temos que debater aqui com resiliência e não como consequência a questão da dragagem do rio Madeira, que vão cobrar até o cidadão que tem seus avós criados na beira do rio Madeira, cobrar o cruzamento da canoa dele no remo no rio Madeira com pedágio, é isso que está se discutindo lá em Manaus, e são essas mesmas empresas que promovem isso, a alienação e a miséria do povo. Nós temos que discutir aqui como é que vai ser essa *Ferrovia Transpacífico*, tem que se discutir porque estão brigando tanto pela BR-319 e como vão ficar as famílias no entorno dessa rodovia, como vai ser o conflito agrário lá com indígenas, produtores rurais e os latifundiários. Nós temos que discutir tudo isso porque os fenômenos da natureza vêm acompanhando, grandes partes das terras, Dr. Philip, eu não sei, o senhor deve ter conhecimento melhor do que nós, grande parte das terras da Bolívia estão sendo compradas e estão sendo alugadas para plantação de grãos, a maior parte soja, aquilo vai provocar fenômenos enormes porque o latifúndio não faz o roçado como faz a agricultura familiar, ele chega com trator e devasta milhares e milhares de hectares de terra, planta soja visando os portos aqui, que é outro problema que nós temos aqui em Porto Velho pelo Bertolini e da Maggi que colocou agora 500 carretas/dia atrapalhando a nossa vida aqui na RO 005.

Acontecendo isso, o fenômeno do degelo dos Andes vai ser muito rápido porque aquela região é gelada, tem uma altitude de mais de 3.000 metros na Cordilheira e esses fenômenos todos vêm acompanhando esse tal de progresso que só atende interesse de grupos econômicos que nem do Brasil são. O grupo Suez vai sair com o bolso cheio, daqui a pouco não tem mais nem representante aqui para dizer o que aconteceu com os empreendimentos, estão todos na Suíça, na França, na Holanda, onde quer que seja e nós rondonienses vamos permanecer aqui.

Quando nós chegamos, tinha uma Rodoviária aqui onde eu desembarquei com minha família em 1984. A Rodoviária é a mesma sujeira e o cidadão vem aqui e faz um investimento, o cofre público faz um investimento de 32 bilhões, eles saem com 40% disso no bolso para meia dúzia de executivos e nós vamos continuar aqui com a nossa população miserável. É isso que está em discussão. A parte técnica eu até considero, é louvável, mas tem muito interesse político porque as coisas

não acontecem neste Estado, a responsabilidade é de quem? Nossa, nossa, nós temos que cobrar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Um minuto para concluir, Noleto.

O SR. ADAILTON NOLETO - Para concluir, eu sou professor aqui, inclusive eu tenho habilitação em Biologia, eu conheço um pouco do tema, Dr. Philip, aqui pela Universidade Federal de Rondônia, e sou professor de Pedagogia também com licenciatura, sou professor de séries iniciais de alunos ribeirinhos aqui do outro lado da ponte do rio Madeira, na BR-319, eu sei o que essa população está passando, por isso que a preocupação é essa, eu gostaria muito que as coisas se resolvessem de uma forma que de agora para frente desse soluções e não apresentasse os embates que não vão dar soluções para que o povo que está nessa região merece realmente.

Agradecendo aqui, Deputado Léo, eu acho que foi oportuno o debate, mais segmentos da sociedade deveriam estar presentes aqui, mas se precisar a gente mobiliza o povo para ouvir. Muito oportuna a linguagem aqui, não só a técnica, mas também as manifestações que eu ouvi aqui como a Dra. Aidée.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer o Adailton Noleto, que nós reconhecemos o seu engajamento, a sua luta pelas comunidades ribeirinhas, assim como o Moura, que é da região de Cujubim, assim como os outros que são assolados por esses empreendimentos.

Passar a palavra para o senhor Ruslan Magalhães, que é do Conselho de Agricultura, Segurança em Gestão Ambiental. Senhor Ruslan, o tempo de cinco minutos, por gentileza.

O SR. RUSLAN MAGALHÃES – Bom dia! Agradeço aqui através do nosso Presidente que propôs essa Audiência Pública, Deputado Léo Moraes, saúdo toda a Mesa, os demais colegas aqui presentes.

A gente vê esse tema, um tema que já estamos sofrendo aí, não é só esses dois anos que aconteceu essa cheia, mas anteriormente se fosse analisado realmente todo o Projeto como foi feito, acredito pela Furnas e a gente tem o conhecimento através das pessoas que falam que provavelmente foi modificado, como aqui o nosso palestrante disse, ele sempre está presente, que é de Jirau, onde eu já acompanhei na Prefeitura em várias Audiências, até através das compensações, sempre prestou conta e a gente vê também aqui até a falta, que poderiam estar presentes aqui as Faculdades que estão ligadas a esse tema como Gestão Ambiental, Engenharia e tudo, até para melhorar o seu aprendizado e também contribuir aqui porque nós estamos passando pela situação.

A doutora Aidée colocou essa preocupação que nós temos com essa Emenda e eu tenho uma proposta, que eu sugiro aqui, é que a gente levante isso daí, leve às ruas, vamos pegar assinaturas não só do nosso Estado como nós temos também o Estado vizinho aqui, que é o Acre, que se tiver uma tragédia maior do que a que teve nessa passada, que ficou isolado, a gente viu a dificuldade, a falta de alimento.

Eu sou do Acre, também me preocupo e, Deputado Léo, Vossa Excelência pode convidar também aquela bancada lá do

Estado do Acre e reforçar e os demais Estados que estão com esses grandes empreendimentos também, porque se aconteceu lá em Minas, não vamos deixar que aconteça aqui e nem mais em outro local onde nós temos esses grandes empreendimentos. Então a hora é essa de levar ao Congresso, porque não se está respeitando nem os relatórios de instalação, então eu chego aqui, monto o empreendimento e ninguém toma conta de nada, ninguém vai discutir, é assim, é assado, amanhã eu vou embora, deixo isso daí e nós vamos ficar só com os problemas sociais, é o que está acontecendo. Nós só estamos aqui só com problema social, o financeiro, como foi colocado pelo meu antecessor, já foi levado para os países de origem. Então, nós estamos aqui para contribuir, vamos debater, é um assunto muito sério, vamos levar ao conhecimento da população, chamar os meios de comunicação e tocar esse barco para frente, temos aqui todos os segmentos e vamos dar responsabilidade também aos fatos que aconteceram e responsabilizar a quem é de direito. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, Senhor Ruslan Magalhães.

Passar a palavra para o Professor Luís Novoa Garzon, que representa o Departamento de Ciências Sociais da UNIR. Por gentileza, Professor.

O SR. LUIS NOVOA GARZON – Agradecer o convite e saudar a iniciativa de uma discussão que precisa se multiplicar e se capilarizar porque se trata de gerações futuras tão presentes e que não estão fazendo parte desse processo de acompanhamento e discussão, aliás um vício de origem de todo o processo de licenciamento, nós questionávamos desde 2005 num Termo de Referência do Projeto das duas Usinas a falta de participação, a falta de socialização de informações sobre um procedimento tão complexo, tão arriscado e que foi empacotado num processo de enquadramento do IBAMA para que se aprovasse a todo custo, a despeito de todas as negações ou não aprovações técnicas que os técnicos do IBAMA indicaram.

Bom, primeiro eu queria dizer que nós estamos em Porto Velho, nós estamos abaixo de duas mega Usinas que estão metade de uma Itaipu, que dão quase um terço de Três Gargantas, nós estamos, portanto, abaixo de duas mega hidrelétricas, uma capital do Estado. Nós não estamos em Araraquara que recebe benefício sem nenhum tipo de custo social ambiental, nós estamos em Rondônia, em Porto Velho. Portanto caberia totalmente, plenamente postura de precaução. Araraquara talvez não precise se precaver sobre isso, agora, Porto Velho não precisa se precaver? Seria absurdo discutir essa necessidade de discutir os planos de contingências, discutir as possibilidades se os riscos inerentes à atividade não é uma coisa ou é outra. E essa outra coisa, hidrelétrica também tem os seus riscos, muito mais em uma região tão pouco estudada como é a Amazônia e os rios e suas bacias. E mais ainda essa que vem dos Andes, e mais ainda com os efeitos climáticos, mais ainda com os específicos eventos climáticos que estão acontecendo aqui na vertente oriental dos Andes, do nosso lado. Processo de desmatamento, processo de uso de solo irregular, tudo que não estamos acompanhando nos países vizinhos e aqui ao nosso lado no Acre, isso tem reper-

cussão na vazão, na velocidade desse armazenamento de água, seja ele o nome que se quiser dar, reservatório a fio d'água. O importante é que água se reserva a maior parte do tempo em residências, se quer falar de eufemismos. Ah, não é um reservatório? Mas há maior tempo de residência das águas, e elas provocam os mesmos danos de um reservatório, porque lotam, afogam Igarapés, áreas úmidas e vira um charco, inviabiliza qualquer tipo de uso, seja extrativista, seja ambiental, muito mais será agrícola ou urbano. Mutum Paraná, o que aconteceu? É uma série de imprevidências. Diante desse histórico, diante do ocorrido em Mariana e em outros lugares do mundo inteiro que passam por eventos extremos e passam por uma revisão profunda de todos os seus critérios técnicos internacionais, se basta dizer aqui critérios técnicos internacionais, estamos sob a sua tutela se esses critérios estão sendo revistos em todo o mundo, sendo revistos de forma profunda rigorosa. Então, basear-se num passado, num presente em rápida mutação é irresponsabilidade. E, portanto, é postura de responsabilidade colocar na mesa os problemas e discutir com franqueza e nos prepararmos conjuntamente.

Agora, qual é o problema de tornar transparentes as políticas de operação das comportas? Qual é o problema de tornar transparente a política de formação e enchimento dos reservatórios estação após estação? Será que isso compromete qualquer tipo de necessidade de obtenção máxima de energia segundo o valor do mercado livre?

E aí você passa a regular os reservatórios, seja o nome que queira dar. Fala-se em *reservatórios em pool*, *pool de reservatórios*, *sistema de reservatórios complexos*, é isso que existe aqui, mas esse sistema de reservatório complexo gera energia, energia a valor elevado no mercado livre, é isso que se verificou muito em 2013, 2014.

Pois bem, o que eu estou querendo dizer é que qual é o problema de tornar transparente essas medidas de operação para gerar maior defluência. Se nós temos previsão de uma chuva na Bolívia e no Peru maior defluência, menor produção energética sim, mas maior segurança. Então, discutir a política de formação dos reservatórios segundo as estações de Jirau e a manutenção das cotas máximas adequadas de Santo Antônio, que é um problema, nós sabemos, o Jaci sabe mais que nós, problema de sobre elevação de cotas de Santo Antônio que não está aqui presente.

Concluindo, então tornar esses procedimentos transparentes, abertos à discussão, nos obriga, obriga a todos acompanhar, a indicar os caminhos de geração de segurança para toda a cidade e região. Além dessa questão tópica que eu creio fundamental que o Deputado tenha trazido através da contribuição que faz o pesquisador Philip Fearnside, eu gostaria de falar do conjunto da obra também, rapidamente.

O conjunto da obra não é apenas o rompimento, o risco de rompimento, o risco de ruptura das barragens, é todo o conjunto das duas obras que precisa ser revisto, após 2014, ficou claro, o IBAMA solicitou estudos complementares. Depois da cheia de 2014, todas as contas e os cálculos tiveram que ser refeitos, por que não colocar na mesa todas essas contas e esses cálculos refeitos? Agora, o IBAMA solicitou os estudos, as empresas o fizeram, muitos deles insuficientes, voltaram para fazer de novo, continua o processo, mas a população até agora não teve acesso a essa documentação. O que eu suge-

riria aqui ao Deputado e aqui aos colegas outros Deputados e demais entidades presentes, que a gente pudesse se organizar, nós com a Universidade Federal de Rondônia, organizar para trazer o DILIC, o Departamento de Licenciamento do IBAMA para fazer essa abertura, uma Audiência Pública de toda essa documentação e mais adicionar as pesquisas realizadas durante esse período, que façam com que a gente possa revisar o licenciamento das duas usinas, fazer uma revisão desse licenciamento. Na direção contrária daqueles que acham que é preciso simplificar para atrair investimento, nós já estamos aqui, já aconteceu, agora nós temos que arcar com o ônus de estar à beira dessas duas usinas. Então, não cabe simplificar licenciamento, não nos cabe agora se tornar mais rigoroso, transparente, participativo, efetivo esse licenciamento. É inacreditável que um Senador de Rondônia apresente um Projeto de Emenda Constitucional que vá nessa direção, a direção de retirar aval técnico e social do projeto, ou seja, não precisa ter aval técnico, a empresa por si só garante que aquilo tecnicamente está conforme as regras internacionais, não há que prestar contas aos pares técnicos, a pesquisadores independentes que não são consultores, como alguns dos meus colegas se tornaram nesse empreendimento. Uma coisa é ter um técnico contratado por um órgão público, um histórico, uma vida pregressa de serviços ao cidadão como o Philip Fearnside e outra coisa é um consultor que você contrata segundo os valores de mercado que vai lhe entregar um produto referendado, segundo o que o mercado quer, evidente.

Então, nós precisamos dessa esfera pública que é o IBAMA, que é a ANA, que é a ANEEL, que é a Assembleia, que é a bancada, são as instituições federais discutindo isso em conjunto, nas empresas, para serem as nossas parceiras e elas não precisam se defender previamente, elas têm que se expor claramente ao controle, à fiscalização, que essa concessão é muito diferenciada, que é de uma bacia inteira, que é de um pedaço fundamental da Bacia do Rio Madeira, essa concessão tem que ser administrada conjuntamente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer o Professor Luiz Garzon, muito importante a sua contribuição, nós agradecemos e também fica essa sugestão como ponto de deliberação do nosso encontro de trazer o Departamento de Licenciamento do IBAMA para discutir, afinal, as esferas, os entes governamentais são importantíssimos, preponderantes ao debate, ainda que o IBAMA dificilmente é imaginável, é surreal pensar que com um debate dessa grandiosidade, dessa envergadura, o IBAMA não está presente. Quanto eu fui Vereador, do mesmo jeito, não era diferente, o IBAMA sempre se omitia e nunca colocava a cara para mostrar realmente o que acontece e nós questionarmos, lamentável.

Passar a palavra para o senhor Antônio Francisco Moura, representante da Cooperativa de Cujubim Grande. Senhor Moura, por favor, a palavra pelo tempo de cinco minutos.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO MOURA – O meu bom dia a todos. Agradecer primeiramente a Deus por estarmos aqui debatendo um assunto de tão grande relevância, de importância. Cumprimentar o Deputado Léo Moraes pela propositura; cumprimentar o Dr. Philip, representante do DNIT, também responsável pela usina de Jaci-Paraná; o Capitão Arthur, dos Bom-

beiros, que tem desenvolvido um trabalho brilhante à frente da Defesa Civil Estadual. E desde já repudiar a ausência da Defesa Civil Municipal e também da outra usina que não está presente, isso é uma falta de respeito para com a gente, as famílias, os portovelhenses. E dizer que tem que amar as pessoas primeiro para poder debater esse tema, Deputado Léo. Porque eu duvido se tem, entre esses executivos dessas empresas, se eles moram em Porto Velho ou mesmo na beira do rio Madeira. Não moram. Quem conhece a vida desses ribeirinhos somos nós. Também quero me identificar, eu estou como membro de uma Associação de uma Cooperativa de Cujubim Grande, mas também participo de uma comissão dos Atingidos pela Cheia do Madeira desde o primeiro momento daquelas famílias quando sofreram aquela cheia, você sabe muito bem disso. Tem que amar e também dizer, Deputado Léo, que esse Senador da República, o qual é de Rondônia, é porque é outro que não ama a família, ama o dinheiro, as pessoas estão apegadas à ganância, ao dinheiro, tudo se resume no dinheiro, na ganância, no poder, que nem está também exaurindo-se hoje o Governo Federal que aí está. É pela história, as pessoas não amam mais as pessoas, elas querem o dinheiro, o dinheiro é o deus delas, é o deus delas e que nós não entramos por aí, irmãos, nós temos que ver que nós temos Deus todo-poderoso que olha para todas as nossas atividades que nós fazemos aqui na terra. Dizer, Deputado Léo, que tem famílias que até hoje estão em barracas em toda extensão aqui do Baixo Madeira. Infelizmente, eu nunca vi lá um servidor ou um funcionário da Santo Antônio, de Jirau se compadecendo, dizendo: *Cidadão, você quer uma mão amiga para ajudar em alguma coisa?* Eu acho que eles dão para o Governo do Estado ou para outra instituição para ir lá, mas ir lá olhar para o ribeirinho de lá, para o cidadão que está sofrendo, eles nunca fizeram, e olha que nós estamos constantemente.

Nós somos dois colegas representando desde de Calama até aqui o Triângulo e não vemos essas pessoas lá. É claro que o cidadão aqui não vai dizer: *Não, vai ter, é perigoso arrebrantar, quebrar.* É claro ele vai defender a tese dele. Agora, eu tenho que ficar com o Dr. Philip que é um cientista, o qual está dizendo que há risco de haver um dia um problema nessas barragens. E, meus irmãos, vamos dizer, quando eu digo que há ganância, a pessoa deixar duas usinas do porte dessas daí uma próxima a outra, perto de uma capital, como bem disse lá o cidadão, de uma capital que nem Porto Velho, é tremendo, talvez lá em Mariana, também o pessoal lá da Usina não falavam que ia ter problema, claro que não vai dizer, claro que não vai dizer. Mas eu não vejo, para concluir, Deputado Léo, quero dizer que eu não vejo nenhum bacana desse aí, Senador que propôs isso aí ou mesmo esse cidadão dono ou executivo dessas empresas, não moram nem em Porto Velho, não moram nem em Porto Velho.

Agora, vão eles matar carapanã, que nem disse bem aqui o Adailton, estão lá no rio Madeira centenas e centenas de famílias ainda sofrendo. Meu irmão, é brincar, sabe, nós temos que fazer política e temos que amar primeiro as pessoas, amar verdadeiramente, Deputado Léo. Mesmo tardia, a propositura dessa audiência, mas que nós não paremos por aqui, meu irmão, que lá atrás já o Tiziu, o Deputado, propôs uma CPI e houve um disse-me-disse e não aconteceu nada, que isso aqui não fique só em falácias, não pode ficar só em falácias, Depu-

tado Léo, tem que fazer que nem o companheiro falou, chama outros órgãos e vamos continuando isso aí. Eu, falando com o Secretário esses dias, não, Moura, as usinas lá prometeram um sistema de alarme, fala alguma coisa, se um dia quiser, dê algum problema, tem que ter um alarme lá nas suas bases, Deputado Léo, no rio Machado, em Calama, em São Carlos, nas áreas todas dessas comunidades para avisar essas pessoas, tem que ter, meu irmão. Nós não podemos ficar aqui no bem-bom nos prédios ou andando de camionete importada, qualquer coisa, Deus nos livre um helicóptero e vazar e deixar os nossos irmãos morrer lá não. Nós temos que levar a coisa a sério, pessoal, nós temos que levar a coisa a sério porque, volto a repetir, não se esqueça que há um Deus olhando para todas as coisas, e você pode ser punido a qualquer hora, quando vê um bacana esvaindo-se em câncer, de lepra, em males, porque Deus está acima de todas as coisas. Eu agradeço a oportunidade de dizer que nós estamos à disposição para contribuir naquilo que for possível.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Moura pela participação e já passar a palavra para senhora Najla Paula, que é da Comissão dos Atingidos pela Cheia do Rio Madeira.

A SRA. NAJLA DE PAULA – Bom dia a todos. Meu nome é Najla, como o Deputado falou, eu represento o Distrito de São Carlos. Como não tem outros representantes do Baixo Madeira, eu posso prestar o Baixo Madeira todo.

Primeiro, parabenizar o Philip, eu sou uma admiradora sua desde que você veio a primeira vez naquela época, eu admiro o teu trabalho, muito obrigada por você mostrar a realidade do que nós passamos. Bem, obrigada ao Deputado Léo, mas eu estou, é a terceira vez que eu participo de uma Audiência Pública a respeito das usinas, e até agora não vejo resposta para nós. Eu represento o Baixo Madeira, e hoje nas qualidades que eu sou representante, eu tenho trinta e duas famílias debaixo de barracas de lona, porque não conseguiram levantar suas casas, nunca conseguiram reconstruir o que eles perderam, nós perdemos a nossa dignidade, Philip, nós perdemos o nosso direito de viver. Hoje a pesca está difícil, hoje não tem condições de plantar para a gente ter de volta o nosso feijão, a nossa macaxeira porque a nossa terra ficou horrível, não tem condições de plantar, quando planta morre. Realmente, Moura, eles não vão lá ver a nossa situação, nós estamos sofrendo, nós estamos passando situações difíceis, eu tenho famílias passando fome e eu provo, eu mostro, porque eu vou quase todos os dias nas casas deles visitar e ver a situação, eu sou uma delas, eu não tenho condições de pegar, tirar do meu bolso para dar uma cesta básica. A gente procura a Prefeitura, que vira as costas, não ajudam a gente em nada, a não ser em água, água nós já temos ao redor, rio Madeira e rio Jamari, nós temos muito, nós precisamos de apoio financeiro, nós precisamos de uma ação social para que possamos levantar a vida dessas famílias, nós estamos passando vida difícil, tem dia que eu choro vendo um filho pedindo leite e não ter para poder dar para o seu filho, ter um pão pela manhã numa mesa de um agricultor, de um pescador, não tem mais, gente, nós que estamos lá na linha de

frente, que moramos lá, que estão na mesma situação essas famílias, nós estamos vendo o sofrimento.

Eu gostaria, Deputado Léo, que saísse daqui uma decisão, alguma coisa para que nós possamos levar alguma posição, alguma situação resolvida para eles, nós levarmos para eles de volta a dignidade deles, Deputado Léo, eles perderam, nós perdemos. Eu acredito que os Deputados estão aqui para cobrar dos órgãos competentes alguma coisa para nós, alguma posição. Nós precisamos de ajuda, gente, não é só falar, falar, falar e não resolver, nós precisamos de resultado. Eu estou aqui indignada com tudo o que nós estamos passando. Eu tenho o meu emprego, eu sou empregada, mas o meu vizinho não é, aquelas famílias a maioria não são empregadas, eles dependiam da pesca e do plantio e hoje eles não têm de onde tirar, eles não têm o que fazer. Eu visito até Calama, gente, eu desço esse Baixo Madeira todo, é uma tristeza grande você ver aquelas casas acabadas, quebrada, cheias de barro dentro delas e eles não podem fazer nada. Nós precisamos de ajuda, precisamos de apoio, nós precisamos que as usinas a Santo Antônio, que nunca participam dessas audiências, criem vergonha na cara e procurem os nossos advogados, porque nós entramos na Justiça, Deputado Léo, nós entramos na Justiça contra a Usina Santo Antônio, o Baixo Madeira todo. E eu espero que essas usinas criem vergonha procurem o nosso advogado e tomem uma posição para nós porque nós precisamos reconstruir nossas vidas.

Muito obrigada e desculpem qualquer coisa.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, Najla. Já passamos a palavra para o senhor Rafael Marão, que é Professor Universitário da FIMCA. Tempo de cinco minutos, Professor. Fique à vontade.

O SR. RAFAEL MARÃO – Bom, boa tarde já, que já passou do meio-dia. Primeiro, me apresentar assim, sou Professor aqui da Faculdade, da FIMCA, mas não sou aqui de Porto Velho. Sou de São Paulo, lá de São José dos Campos, estudei inclusive no INPE, onde no Encontro do CONCLIMA, 2014, se eu não me engano, que eu encontrei o Professor Philip, lá na FAPESP, o CONCLIMA. Então, conheço o trabalho do Professor Philip, que é renomado não só no Brasil, mas internacionalmente. Então, mas assim, respeito também a posição do Engenheiro, acho que não se trata necessariamente de denegrir um setor ou outro, mas simplesmente ampliar um pouco a discussão. Não se trata, obviamente, só da questão do rompimento técnico da barragem ou não. É uma questão muito mais ampla, como nós estamos vendo aqui. E dizer que, por exemplo, eu estive, durante o período que eu estava no INPE, eu estive no Xingu, lá onde foi construída, inclusive, a usina de Belo Monte, que também tem as mesmas problemáticas sociais e ambientais que estão sendo discutidas aqui em relação a Jirau, e vi que realmente há um descaso sim do Governo, começa dos governos centrais, passa pelas construtoras, porque as decisões, como a Promotora que não está presente falou, elas são tomadas por uma meia dúzia e afetam milhões. Então, hoje, a gente tem... Inclusive em Belo Monte está sendo, na Operação Lava Jato, quem está bem informado sabe disso, está sendo, já se levantou suspeita sobre Belo Monte em termos de corrupção. Muitas construtoras também estão envolvidas em caso de corrupção, como a Odebrecht.

Então, assim, as coisas estão vindo à tona no Brasil, então não dá para ficar colocando a cabeça debaixo da terra e fingir que não tem problema, porque tem. E os brasileiros não são só essa meia dúzia que ganha dinheiro com corrupção de grandes obras de construção. O brasileiro é uma população misturada, tem diversas composições étnicas e todas têm, devem ser representadas, respeitadas. Uma coisa, por exemplo, o *impeachment* agora que estava sendo discutido no Congresso, a gente não tinha os representantes dessas populações. Você via lá o pessoal falando por Deus, pela família, mas você não via um representante dessas comunidades, já teve indígena que teve representante como Deputado Federal, hoje não se vê mais. Então, assim, ou as coisas mudam ou o Brasil vai afundar, como está afundando, porque há falta de respeito com a população. E hoje em dia a gente sabe, quem estuda, eu, graças ao meu esforço, consegui estudar, a gente sabe que tem, por exemplo, fontes alternativas para a energia elétrica, por exemplo, a energia solar. O Brasil é um País que tem sol de janeiro a dezembro. E a Alemanha, por exemplo, que não tem essa mesma incidência de sol, eles investem muito mais dinheiro em pesquisas para extrair energia solar, que é uma energia mais fácil e causa menos impacto. Então, assim, eu acho que uma coisa que também gostaria de colocar aqui para o Engenheiro, que não é porque no passado você tinha determinadas regulamentações que isso não pode ser revisto e acompanhado paulatinamente. As mudanças climáticas, também ao contrário do que a Santo Antônio afirmou, mais de 90% dos cientistas confirmam as mudanças climáticas, que é esse aumento da temperatura decorrente da queima dos combustíveis fósseis, que já vem sendo lançado na atmosfera, inclusive pelos países desenvolvidos. Começou na Revolução Industrial da Inglaterra. A Inglaterra começou a queimar carvão lá, então eles têm um passivo ambiental maior, inclusive, do que o Brasil. Isso aí também é uma coisa interessante você considerar. Então, são vários fatores, mas no nosso caso é importante considerar esse aspecto mais amplo que não se resume só a romper...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Concluindo, senhor Rafael.

O SR. RAFAEL MARÃO - Passar de 80 para 81 e romper a barragem, não. É um impacto social, ambiental tremendo. Isso deve ser considerado nos debates. Mas agradeço e parablenizo aí o Deputado Léo pela iniciativa. Infelizmente, deveria ter mais participação, mais gente, mais órgãos, mas eu já fico satisfeito aí pela participação.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado. Obrigado, Rafael Marão. E aos inscritos foi devidamente dada a oportunidade de falar. Colega do Jaci-Paraná vai falar. Então, para concluir aqui a participação da comunidade, para que o senhor Doutor Edio da Luz possa fazer as suas considerações e uma resposta que fique registrado nos anais da Assembleia, em relação ao risco de rompimento da barragem, que é o mote da nossa Audiência Pública.

Por gentileza, a palavra está com o senhor de Jaci-Paraná, representante dos comerciantes e empresários.

O SR. LUIZ CRISTOVÃO – Boa tarde a todos. Em nome dos comerciantes de Jaci-Paraná, eu quero parabenizar a Mesa, formada aqui, ao Doutor e ao nobre Engenheiro. O que eu venho trazer para cá não é novidade. O representante aqui da Jirau, infelizmente a Santo Antônio não está presente, mas eles sabem da dificuldade que Jaci-Paraná está passando hoje. Salvo engano, Jaci-Paraná é uma comunidade que está, é a única que está entre duas usinas, se tiver outra eu não tenho conhecimento, peço até desculpas pela minha ignorância, mas eu creio que é a única que está entre duas usinas, e a montante e a jusante de outra. Então, o impacto no solo é muito grande, imenso, deve ser observado. E hoje a Santo Antônio, nós tivemos reunião com a Santo Antônio ontem, ela joga a culpa do impacto sócio-ambiental em cima de Jirau, tirando a responsabilidade dela, e deixa a gente à mercê. Tipo assim: se virem, façam o que vocês acham de direito. A Santo Antônio começou, iniciou a obra dela com a cota 60, hoje está na cota 77.4, que está no último relatório do IBAMA. Aumentou a cota da Santo Antônio, o impacto da Santo Antônio sobre Jaci-Paraná. E eu lembro que agora há pouco tempo houve um vazamento, pequeno vazamento lá na Jirau, o que fez com que a Jirau tivesse que abrir para poder vaziar a água, para poder conter o vazamento lá. E nesse pequeno intervalo, o nível de água em Jaci-Paraná aumentou muito, consideravelmente, muito mesmo pelo fato de a Santo Antônio não ter sido avisada aqui, para poder abrir também para poder vaziar lá. O impacto lá foi bem grande. O que vazou foi pouco lá, mas o impacto em cima da área de Jaci-Paraná foi imenso.

Logo no início dessas obras foi prometido para a gente que após a usina, para a gente não ficar com o comércio parado, porque lá em Jaci-Paraná vivia como em Mutum-Paraná devido o extrativismo, a pesca, vivia da caça, vivia do minério que lá tinha, vivia da madeira, isso tudo foi cortado para gente, nós não temos nada disso, não temos direito a trabalhar nada disso. Que seriam instaladas indústrias que iriam fortalecer a economia de Jaci-Paraná. E hoje, infelizmente, nenhuma indústria foi instalada e nem vão ser instaladas pelo simples fato de que nenhuma dessas indústrias vai conseguir licença ambiental para se instalar dentro de um solo onde o lençol freático está totalmente contaminado. Hoje existem pesquisas particulares, tem um empresário dentro de Jaci-Paraná que fez pesquisas, furou, fez estudo de solo e conseguiu comprovar que o lençol freático está contaminado, ele é desfavorável para moradia e comércio. E nenhuma dessas empresas que impactaram tomou providências. Hoje o doutor, nós estivemos conversando um pouco mais cedo, o que Jaci-Paraná precisa é de informações técnicas, nós tivemos reunião com a Santo Antônio ontem, ela apresentou o mapa dela de impacto. Mas é o mapa dela, cadê o mapa? Cadê as informações técnicas do IBAMA? Da ANA? Nós estamos sem esses dados, sem essas informações concretas, nós precisamos disso para que a gente possa tomar as nossas responsabilidades, tomar isso para gente, para a gente buscar os nossos direitos. Já que o Poder Executivo participa, se omite de responsabilidades. Infelizmente, Deputado Léo, também o Poder Legislativo deixou muito a desejar para gente, que aí não foi na sua legislação, que eu acompanho, eu sei que Vossa Excelência chegou agora na Assembleia, já está fazendo um excelente trabalho, junto com

o Deputado ao seu lado também, que eu vejo a guerra dele, a briga dele pela sociedade. Mas a gente precisa de ajuda, Jaci-Paraná está precisando de ajuda. Não só Jaci-Paraná. Quero falar para o colega aqui que é lá de Cujubim Grande, que eu sou também vice-Presidente de Cujubim Pequeno, da Associação, e vi o impacto que sofreu lá muito grande. Hoje, a única coisa que o povo ganha lá dentro de Cujubim Pequeno e Cujubim Grande é a água da Defesa Civil. Só. Para você ver o tamanho do impacto que foi lá, tem casa lá que chegou a terra do rio Madeira no teto, e nada foi feito. Nem SEMAGRIG, nenhuma outra Secretaria chegou lá para tomar satisfação, só deram água, o povo lá do Baixo Madeira está vivendo de água e água nós temos bastante, igual Jaci-Paraná. Então, a gente tem e necessita de apoio técnico para a gente poder tomar as nossas providências, Deputado, nós precisamos, professor, nós precisamos de ajuda porque a única coisa que a Santo Antônio e a Jirau informam é o que elas querem informar, desculpem, mas é isso que eu vejo, viu, Engenheiro, é isso que eu estou vendo, é a nossa visão em Jaci-Paraná. Prometeram várias coisas e não cumpriram nada, nada, hoje nem uma indústria vai ser instalada em Jaci-Paraná. Prometeram laticínio, precisam de água... Só um minuto, Deputado, já vou concluir, Jaci-Paraná precisa desabafar. A gente não consegue laticínio lá porque precisa de água e lá não tem água. Conversamos com a Santo Antônio, *'não, lá a gente vamos fazer drenagem'*, a drenagem lá é de água fluvial, da chuva, eu quero saber é do lençol freático que está totalmente encharcado, contaminado, o coliforme fecal lá é altíssimo, já tem esse estudo comprovado. Eu quero saber cadê a responsabilidade da Santo Antônio e da Jirau, o impacto socioambiental foi da Jirau e o impacto ambiental da Santo Antônio e uma fica jogando para a outra, *'a responsabilidade é tua, é tua'*, eu quero saber o que vocês vão fazer pela gente. Nós precisamos estar instalados num local que possa ser instalado também indústria para fortalecer a economia do município. Mutum perdeu a identidade, hoje é a Nova Mutum que vive dentro do perímetro urbano, o Deputado na época era Vereador, sabe que está dentro de Jaci-Paraná, então perdeu a identidade e lá também não se tem instalado indústria igual prometeram para eles. A energia elétrica é uma das mais caras que existe no país e nós somos produtores de energia elétrica, é uma vergonha, nenhuma indústria se instala lá também, engenheiro, porque não tem rebaixamento, não tem energia de qualidade para se ligar nem uma máquina de solda, se você ligar uma máquina de solda dispara o transformador, nós não temos energia, não temos solo, não temos infelizmente uma área legalizada para se instalar nenhuma indústria, é uma vergonha o Poder Público virar as costas para a gente do eixo do Madeira, da beira do Madeira toda, é uma vergonha.

Nós precisamos de ajuda urgente, Deputado, nos ajude, por favor, faça esta Casa de Leis ajudar o povo que necessita, é o povo que foi atingido de verdade, nós não estamos pedindo favor de ninguém, não, nós estamos mostrando para vocês a real necessidade que esse povo tem, estão passando fome, o comércio de Jaci-Paraná está falido, proveniente da falta de responsabilidade dessas duas usinas. Muito obrigado e um bom dia para todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Parabéns, parabéns pela manifestação muito sincera da situação do Distrito de Jaci-Paraná, que não teve instalada agroindústria, tem aquele parque que não tem serventia alguma que agora querem transformar num estádio de futebol e a população à míngua, assim como tantos outros Distritos, outras comunidades, os assentamentos que não funcionaram, o Joana D'Arc, que também você tira na vassoura os carapanãs, nós sabemos disso, Cujubim e tantas outras localidades, os banheiros que tem assolado distritos do rio, a começar por São Sebastião, vai para Maravilha, vai em Niterói, vai em Catarina, Tira Fogo, Terra Caída, Nazaré, Calama, entra no rio Machado, Demarcação é do mesmo jeito, a gente sempre tem feito esse acompanhamento aos Distritos, é uma situação deplorável, lamentável. Nós nunca imaginávamos que um ciclo tão pujante, de tamanha riqueza e poder fosse deixar simplesmente as mazelas para nossa cidade, infelizmente é o que tem acontecido.

Mas no tema aqui proposto nós gostaríamos de passar a palavra para o senhor Edio da Luz, para que ele nos responda exatamente, de forma muito objetiva, sobre a questão do rompimento da barragem, se pela ESBR existe esse risco de rompimento ou não e se os estudos estão a contento de forma que pode assegurar e tornar o nosso povo tranquilo e confortável nessa condição dos rompimentos das barragens que é mais importante.

O SR. EDIO LUZ - Ok. Agradeço o convite primeiro. Inicialmente, agradeço a presença das pessoas, de todos aqueles que se manifestaram aqui com as suas razões e a gente respeita, claro que uma usina hidrelétrica não tem poder institucional, e aí é que está a grande dificuldade entre você fazer aquilo que você gostaria de fazer e aquilo que você pode efetivamente fazer. Não se trata inclusive de recurso, porque você não pode passar recurso privado para um ente público, Prefeitura ou Estado, porque o controle é muito complicado. Sobre Jaci, eu conheço a história de Jaci, estou aqui desde 2007 quando comecei a estudar as duas usinas, já estava o EIA/RIMA concluído, e eu lembro de Jaci bem no início quando eu passava ali pela comunidade, etc, conheci algumas pessoas, mas eu sei que vocês merecem muito mais do que vocês têm hoje, isso a gente tem consciência, está certo. Agora esse muito mais está além da capacidade institucional do empreendedor fazer, o senhor vê o seguinte, as empresas, no momento que começam a gerar energia, elas têm que pagar à União, ao Estado e ao Município o que se chama de *royalties*.

Então, Santo Antônio e Jirau somam por ano noventa milhões de reais. Um Vereador aqui da cidade, inclusive que representa lá a comunidade, ele inclusive fez um Projeto de Lei e foi aprovado que parte desse recurso da compensação nos *royalties* teria que ser aplicada diretamente na comunidade de Jaci. Tudo isso é complicado, mas nós não podemos interferir nessa administração desse recurso porque esse dinheiro é retido pela ANEL, repassa direto ao cofre da Prefeitura e o cofre do Estado e ele faz o destino que ele quiser, então a representação municipal, através dos seus Vereadores da comunidade é que tem que ir atrás do Prefeito para poder cobrar aquilo que é devido.

Só para vocês terem ideia, nós passamos para o município em equipamento porque nós nunca passamos nenhum

recurso em dinheiro para o município, nós passamos para o município em equipamento rodoviário chamado Patrulha Rodoviária, considerando trator, retroescavadeira, caminhão, enfim, compactador, seis milhões e meio de reais que nós compramos em equipamentos e entregamos para a Prefeitura para ela fazer exatamente a manutenção das estradas. Tem aquela linha ali em Jaci, que inclusive está incluída, estava incluída ali no nosso plano de recuperação, e esses equipamentos simplesmente ninguém sabe onde estão, porque ela deu um destino do interesse político dela que nós não podemos intervir, confere?!

Em Jaci, nós fizemos, o senhor estava falando da questão da contaminação da água, eu estou, eu fiquei cinco anos, cinco anos discutindo com a CAERD, com o Estado, para fazer o sistema de água de Jaci, que foi inaugurado agora recentemente. Nós fizemos vinte quilômetros de rede, nós pagamos vinte quilômetros de rede, fizemos todos os reservatórios necessários daquilo que há no projeto que a CAERD nos passou e mais a produção de água com tratamento e tudo mais. Então, vocês bebem hoje em Jaci a melhor água que tem em Rondônia, porque a água é tratada, devidamente tratada. Agora, é claro, e naquela área baixa, e por influência de Santo Antônio e não por Jirau, o solo, provavelmente o nível CA freático subiu e se as pessoas não têm a ligação ou não têm a rede de água para poder conectar na CAERD e ele está usando um poço, ele está realmente sujeito a uma água contaminada, perfeito.

Com relação ao que o senhor falou de investimento, nós temos hoje lá algumas indústrias instaladas, lá em Nova Mutum. E temos inclusive planos de outras, mas eu confesso para o senhor que é o grau de dificuldade. Primeiro, a tarifa de energia é cara. O Governo não dá nenhum tipo de incentivo, não há estímulo sob o ponto de vista do empreendedor de instalar equipamentos lá, ou indústria, pequena indústria, algo que pudesse desenvolver, mas nós estamos fazendo todo esforço no sentido de viabilizar um mínimo de atividades que aquelas pessoas têm para a subsistência delas.

Então, esse é o trabalho social que a gente faz. Lá em Demarcação, a jusante, nós fizemos agora, concluímos uma casa de farinha para toda a região, são novecentas toneladas por mês a capacidade da produção de farinha. Então, vai estimular a população, o pessoal plantar mandioca e fazer comunitariamente a sua farinha e vender no mercado. Então, o que a gente pode fazer dentro dos limites de nosso orçamento, nós estamos fazendo. Agora, nós não temos capacidade de fazer política pública, isso quem faz são as autoridades, aqueles que são designados pelos senhores para administrar tanto o Estado quanto o Município, ok?!

Eu queria pedir desculpas por não ser mais claro ou pelo menos representando a ESBR, a gente não poder fazer muito mais por Jaci, mas tudo o que nós tínhamos de compromisso com Jaci, nós fizemos, fizemos postos de saúde, fizemos escolas, fizemos uma série de coisas, tem uma das melhores escolas de Rondônia, que está instalada em Jaci, que é o Colégio Tiradentes, que foi inclusive um colégio do Estado. Então, esse tipo de atividade que a gente pode, dentro da compensação, nós cumprimos. Tudo aquilo que era nosso compromisso a gente atendeu.

Mas eu queria só voltar ao texto, voltar ao princípio e voltar a dizer o seguinte: tudo aquilo que foi construído em

Jirau, sob hipótese alguma, pessoal, sob hipótese alguma vocês podem vincular diretamente ao desastre de Mariana, porque são coisas absolutamente distintas. Uma é para reter rejeitos sólidos, a outra é para reter água. E quando você vai reter água, você tem toda uma engenharia necessária, a escavação tem que ser na rocha, enfim, tem toda uma tecnologia, a impermeabilização tem que ser a mais séria possível, você tem que fazer em nível de pressão através de pré-filtros, filtros para poder inclusive aliviar essas pressões, que nessas barragens, no caso de Mariana isso não existe, você sobe cinco metros, enche, sobe cinco metros, enche, isso vai enchendo, ela pode ter cinquenta, oitenta metros de altura, porque o pressuposto que tudo o que está ali dentro é sólido, o que não era porque tinha uma parte que era muito lodo, e a instabilidade, porque a barragem seguinte ela é construída sob o material depositado. Se o senhor ver o material que eu entreguei da tese de doutorado, o senhor vai ver o desenho de como ele vai colocando a camada de uma barragem sobre a outra, então são conceitos absolutamente distintos, isso sob o ponto de vista de engenharia não dá nem para comparar.

Com relação às garantias da segurança da barragem, tudo o que foi feito dentro de Jirau foi feito dentro de princípios de engenharia e do conhecimento mundial da engenharia de hidroelétrica, do World Commission on Dams, que é um órgão que regulamenta todos esses projetos, os projetos de engenharia, os índices de segurança têm que ser dados a uma hidrelétrica, toda essa natureza foi feita dentro do contexto de Jirau.

No que pese a vazão, a capacidade de vertimento, quer dizer, originalmente com setenta mil, Jirau, considerando que haveria alguma adicional, ela colocou mais um vertedouro e esse vertedouro deu mais as garantias de chegar em oitenta e dois, porque década milenar seria até setenta mil. Independente disso, você tem cinquenta máquinas que se estiverem em condições de cheia, está certo, elas permitem operar até oito metros de diferença de cota, ou seja, entre montante e jusante até oito metros as máquinas ficam gerando energia, diferentemente de Santo Antônio que essa diferença é onze metros. Mas a Jirau tem essa capacidade, as máquinas girando grande parte da vazão passa exatamente pelas turbinas, mas por hipótese é obrigado a parar as máquinas. Se as máquinas estiverem paradas, as cinquenta máquinas, ela passa mais sete mil e quinhentos metros cúbicos por segundos.

Então, sob o ponto de vista das garantias, a engenharia fez aquilo que todos os projetos de engenharia no Brasil e no mundo fazem, mas, além disso, considerando a Lei 12.334 e mais a Resolução da ANEEL que trata do programa de segurança, a ESBR, a partir de 2013, desenvolveu o *Programa Ação Emergencial* onde esse programa tem toda uma relação de comunicação, de interação com a sociedade, com a comunidade de Jaci, tudo isso está sendo desenvolvido e nós temos até o final do ano para entregar, segundo o que foi determinado, e isso está sendo discutido e vai ser discutido com a comunidade. Então, a comunidade vai ter a garantia de que as medidas de correção, as medidas preventivas, é bom que se esclareça, quer dizer, uma cheia não chega instantaneamente na barragem, a cheia é prevista no mínimo quinze dias antes, porque toda telemetria que existe é montante, em função das precipitações vai dizer qual é a vazão que vai chegar no em-

preendimento. Então, você tem tempo hábil, mas por hipótese, se houver alguma situação de risco, todas as providências foram feitas e analisadas quase os efeitos de jusante, o que vai acontecer em Jaci, o que vai acontecer em Porto Velho, quer dizer, tem toda uma área de remanso e de dispersão dessas cheias que esses riscos estão estabelecidos lá e vai ser apresentado com todo o arcabouço da engenharia que realmente não existe nenhum risco para Porto Velho.

Isso era o que eu queria comentar. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, senhor Edio da Luz. É lamentável que uma coisa muito clara, através da sua explanação, é que houve má gestão por parte das administrações municipais, seja passada como da atual em não sustentar todo o montante de recursos a fim de prover as comunidades mais atingidas e prejudicadas em relação a compensação social ou ambiental. Eu sou prova e testemunha ocular e viva disso, quantas vezes nós passamos por aí, vimos um Posto de Saúde inacabado ou nunca inaugurado ou uma salinha de aula num pequeno Colégio, algumas obras pontuais e algo que realmente ficasse para a posteridade não foi feito. A exemplo da Usina de Samuel, que queiram falar mal, mas nós temos ainda o hospital João Paulo que é herança da compensação da Usina de Samuel. Essas usinas em nada deixaram para nós, a não ser um grande bolsão de pobreza, marginalidade, pessoas ociosas, que infelizmente hoje acabam entrando muitos no mundo da criminalidade porque afinal não têm como sustentar seus entes, suas famílias. Não estamos falando aqui de gente do bem e do mal, na verdade é a oportunidade, a ocasião que muitas vezes faz o ladrão, concordo com o senhor. E o que mais me deixa interessado na sua resposta é que não existe risco algum. E o senhor tem como nos encaminhar esse relatório, esse estudo do risco de rompimento? Tudo que tiver em relação a isso, porque o que eu quero, o propósito maior desta Audiência é justamente acalmar e tranquilizar a população, afinal são eles os prejudicados em relação ao risco do rompimento da barragem.

O SR. EDIO DA LUZ – Perfeito. A lei que determinou que nós teríamos que fazer esses planos, não só nós, todas as hidrelétricas do Brasil, a lei que propôs que em todas as hidrelétricas se fizesse o seu plano de segurança é de 20 de setembro de 2010. Nós, em 2013 já estávamos com o trabalho em curso, porque entendíamos que independente de ter uma resolução nós teríamos que fazer esse trabalho e apresentar à comunidade. A ANEEL, em 15 de dezembro de 2015, portanto, o ano passado, ela editou uma resolução 696, eu vou deixar uma cópia para o senhor, dizendo como a gente deveria fazer e quais os critérios, ou seja, detalhou esse plano de segurança de barragem no plano de ação emergencial, esse plano de ação emergencial, que nós estamos desenvolvendo, ele já foi discutido inclusive com o município, com as autoridades da Defesa Civil do município, e está inclusive em fase de conclusão e será oficialmente entregue às autoridades, no caso o Município, o Estado, a Defesa Civil e todas as autoridades, porque há todo um arranjo institucional necessário, porque quem você comunica antes, qual é a ordem de procedência de comunicação das ações que você tem que fazer num evento, num eventual ou num possível acidente que venha aconte-

cer. Então, tudo isso o plano contempla e ele é objeto dessa análise final para entrega, como a Dra. Aidée falou, inclusive é parte do Ministério Público de interessar também e que esse projeto seja apresentado para a comunidade, para a sociedade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer e passar a palavra para o Deputado Jesuíno, antes de encaminhar a palavra para o senhor Philip Fearnside.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a todos, o nobre Presidente, Deputado Léo Moraes, cumprimentar a Mesa, o Arthur; o Moura, aqui representando as Associações, no caso o Baixo Madeira, a Najla, o Adailton, todas as pessoas que aqui se encontram presentes.

Ouvimos aqui atentamente, mas ficou aqui, eu quero respeitar a Santo Antônio no que tange, eu sei que tem o *know how*, mas ficou muito vaga, até agora não me trouxe informação. O que foi discutido aqui, tem a possibilidade ou não tem? Isso tem que ficar aqui falado. Então já tem compromisso do gestor encaminhar esse documento que não haverá a ruptura.

O outro também, o Doutor aqui também alega que tem um prazo de 113 anos, aproximadamente, é o cálculo mais ou menos de estimativa que tem se houver uma probabilidade de ruptura da barragem. Mas eu sempre falo, discuto aqui, essa questão das usinas já ficou até corriqueira, estava até conversando com o Deputado Léo Moraes, passou da hora da gente abrir uma CPI, já passou da hora, eu, sinceramente, já estou cansado de vir aqui para ouvir o senhor, eu respeito. Em essencial, por que abrir uma CPI? Hoje o rio está assoreando, aumentou a velocidade do rio, a questão da contaminação... Estava com uma senhora lá, que ela nos procurou, que é lá do Projeto Joana d'Arc, ela plantava, hoje não tem mais condições de plantar porque está contaminado o solo. Eu estou falando do Joana d'Arc, Jaci-Paraná acabou. Então, me diga, eu quero entender o que deveria fazer essa CPI? Investigar de uma forma profunda as compensações, que se falou aqui em noventa, oitenta milhões. Aí eu pergunto para os senhores: onde está esse dinheiro? Eu quero entender. Aonde foi colocado esse valor de oitenta milhões aí dos investimentos?

O SR. EDIO DA LUZ – Por ano.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Por ano, tudo bem. Mas, aonde foi...

O SR. EDIO DA LUZ – O Município, o Estado...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu não estou falando do senhor, não, estou falando município e Estado. Eu estou falando agora com o município e o Estado. Compensação essa que para mim não supre a necessidade do que trouxe de desgraça para Rondônia, pode trazer bilhões para cá e as usinas irão levar, estão levando energia para outros Estados, para alimentar outros Estados e aqui deixaram o quê? A desgraça. Quantas pessoas perderam os seus lares? Quantas pessoas foram afetadas de forma direta e indireta? Qual foi, para mim não trouxe nenhuma viabilidade para Rondônia colocar essas benditas usinas, com todo respeito, viu, eu não estou falando do se-

nhor, não, e aqui fique claro, estou falando do empreendimento, para mim podia colocar lá em qualquer outro local, mas para Rondônia, o quê que trouxe? Naquele primeiro momento trouxe emprego, trouxe um aumento no fluxo da questão de compras do comércio, e agora, o pós-usina?

Senhores, isso é fato, eu não preciso tecer técnicas, eu não preciso ser engenheiro, eu não preciso ser um doutor para saber que esses empreendimentos trouxeram a desgraça para Rondônia, isso é fato. E o que eu digo aqui como representante do povo, porque nós aqui estamos representando o povo, Deputado, Vereador, Prefeito, Governador, Senador, Deputado Federal e a própria Presidente representa o interesse do povo e aqui a Presidente Dilma, quando autorizou, e aí agora eu até me assustei, que a cota na época que eu vi e teve uma outra discussão em uma outra Audiência, que a cota chegaria em torno de setenta e dois, é uma média assim e aqui já está chegando em oitenta e dois, aumentou dez aí; era isso que eu tinha. E aí já vou até pedir cópia agora da gravação desta Audiência Pública, porque aumentou agora, setenta e dois para oitenta e dois, foi isso que ele falou, foi isso que ficou falado aqui.

Então, senhores, eu, são uma hora e quinze minutos, nós temos o tempo e a gente fica aqui ouvindo a sociedade, vem representante para os seus legítimos anseios, as associações, a sociedade civil organizada, aqui nós temos os Deputados. Mas esta Casa deve, sim, propor uma medida... Agora já é firme. Vamos propor, Deputado Léo Moraes, eu e o senhor, não que a gente não consiga aí, quem sabe a gente consiga 08 assinaturas para uma CPI e já passou da hora e se não houver uma CPI, pela menos uma Comissão Especial para apurar de forma profunda essa situação. E porque que eu digo isso? Tem várias ações judiciais no âmbito da Justiça Estadual que o juiz está aguardando laudo, salvo engano está aguardando laudo para manifestar contra o deferimento, já o julgamento de mérito. Só que essas ações são de 2011, 2010, e quantas pessoas já faleceram, já morreram por conta dessa situação de aguardar, essa ação tem que ser tomada de forma célere. Gente, desbarrancamento está aí, pode ir lá a São Carlos, quem é de São Carlos, quem é de Calama, quem é de qualquer lugar, o rio está agressivo, é agressivo, vai que daqui um tempo, se não houver a contenção, muro de arrimo ou o que seja, essas comportas vão chegar ali dentro da 7 de Setembro, ou mais, vai vindo, daqui uns dias a gente vai ver, eu estou falando aqui em 2016, mas os meus filhos e os demais netos, quem sabe, eu acho que o rio vai acabar para cá também. E dizer que esse rio também para o Baixo Madeira ele está, no caso, tendo certo aumento, o limite dele está ficando como se fosse ter uma ruptura, o barro está tomando conta dele.

Então, era isso, Deputado Léo. Agradeço e parabeno a sua ação aqui. O senhor tem um parceiro aqui dentro, o senhor também tem uma ação diferenciada nessa legislatura, não posso falar por mim, que fique a visão da sociedade em querer também, em querer também analisar, porque a oportunidade ímpar do cidadão é quando vem a cada quatro anos a questão da votação, a questão das eleições. E aí eu fico pasmo assim quando acontece uma votação que aquele representante retorna para o poder e ele não fez nada. Eu vou falar aqui da legislatura agora do municipal, o cara passou três anos

sem fazer nada, agora ele está tentando meter um asfalto até na Carlos Gomes, eu não sei quem é o arquiteto dele, o gerente dele, colocar asfalto na Carlos Gomes, onde a situação das periferias, locais mais caóticos não têm asfalto, aí vem fazendo essa média e o povo ainda vai votar, eu não acredito, não, eu não acredito, eu não consigo acreditar, aí tem que ser mesmo assim, levar a ferro, passar mais quatro, mais oito, mais doze de ferro. Eu vou votar numa pessoa dessa, que só no final do ano vem com balela, com enganações? Eu quero falar dessa gestão municipal.

Então, senhores, responsabilidade, nós temos, nós temos o que merecemos, se a gente vota é porque a gente tem que saber que aquele cara vai ser o melhor e a pessoa não fez em quatro anos nada, pelo amor de Deus, dá mais quatro anos é melhor morrer, é melhor pegar o chicote ficar se batendo todo dia, isso é verdade. Eu não gosto de criticar nenhuma gestão, mas é perceptivo, não adianta a gente cobrar que é a gente é legislador, a gente é fiscal, a nossa limitação, ela tem aqui uma limitação, quem é o responsável por tudo isso são os executores. Quem é? Prefeito, Governador e Presidente, cabe a gente aqui inibir uma ação de um Projeto de Lei que possa trazer ônus para os senhores e assim nós iremos fazer, apresentar proposição de Leis que tragam benefício para a sociedade, e nós estamos fazendo, trazer para discussão dentro desta Casa Parlamentar situações de grande relevância, estamos fazendo, só que os senhores têm que acompanhar, têm que começar a fiscalizar realmente e fazer isso aqui.

Nesta oportunidade, nós vimos discussões aqui técnicas, mas de uma forma bem diferente, são doutores, tem pessoas aqui com *know how*, realmente a gente está aqui só para ouvir, mas realmente, de antemão, eu quero deixar a minha crítica mais do que eu já falei. Infelizmente, tudo que eu falei, temos que focar agora numa ação mais enérgica e esta Casa tem esse mecanismo que são as proposições de CPIs que aí em como requisitar através de condução coercitiva de pessoas, a questão de requisitar informações e se não apresentar vai responder inclusive de sanções, é um peso a mais, e temos CPI no âmbito do Congresso que estão instauradas lá que estão surtindo efeitos, e aqui nós temos uma também que é a CPI aí dos Frigoríficos. E nós que somos de Porto Velho, que somos de Rondônia, eu, Deputado Léo Moraes, a gente tem, sim, na próxima terça-feira, Deputado, a gente vai apresentar em conjunto já uma medida, essa é minha proposição para a gente já começar a vislumbrar, eu sei que isso pode tomar alguns rumos indesejáveis, mas quem sou eu, eu não tenho rabo preso com ninguém, eu já falei, não estou aqui para outra coisa, o meu mandato eu devo para o povo, para a pessoa que me elegeu, não devo nada para Governador, para Prefeito ou para qualquer um que seja, não devo para ninguém, por isso que eu bato no peito aqui, e não só eu, outros aqui, vem um Projeto de Lei, meu amigo, eu voto conforme a minha consciência, se voto do Executivo que tem interesse da sociedade, eu voto e não tem problema, se colocar eu voto, eu vou votar. Agora, se for voto, se for projeto que não interessa, que, no meu olhar, no meu entendimento prejudica, eu não voto, acabou, é assim que a gente vai fazer, é assim que a gente faz, é assim o meu entendimento.

Obrigado novamente. Eu vou ter que sair agora, eu tenho uma situação de outro compromisso, parabéns novamente e agradeço a todos a compreensão. O que for deliberado nesta manhã, acato com Vossa Excelência, comungo com sua ideia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno Boabaid, nosso colega. Dizer que eu reitero e endosso as palavras de Vossa Excelência, e dizer que são dois que fazem, pelo menos dois que fazem o que realmente interessa à nossa população, logicamente como tantos outros aí, tantos outros colegas que também têm essa mesma postura, esse mesmo perfil.

‘Passar a palavra aqui de encerramento para Dr. Philip Fearnside, e já deixar a deliberação, já deixar a deliberação de que nós apedido e indicação do professor Luiz Garzon, de convidar já como deliberação, nós convidamos o Departamento de Licenciamento do IBAMA de estará aqui conosco no próximo evento para aprofundarmos esta matéria e também corroborar com o Deputado Jesuíno Boabaid, no que estiver ao alcance, seja Comissão Especial ou Comissão Parlamentar, que nós possamos instaurar, mas daí contar também com a comunidade em todas as tratativas, as discussões que não adianta, nós como reflexo, caixa de ressonância, espelho da população, tomarmos as medidas, se nós não tivermos, logicamente, todo apoio e sustentação do povo.

Passar a palavra para o senhor Philip Fearnside.

O SR. PHILIP MARTIN FEARNSIDE – Bom, eu acho que uma das atribuições mais importantes é a importância de fortalecer a parte do licenciamento, da tomada de decisão sobre barragens e outros tipos de obras. E esse é um dos exemplos que mostra isso. Agora, isso é importante, inclusive o que foi falado pelo engenheiro Edio sobre Mariana, o importante lá não é que é diferente em termos geológico, tipo de rocha, como se faz uma barragem para sedimento versus hidrelétrica, que obviamente são completamente diferentes. O importante é que lá tinha uma falha no licenciamento. Eles não detectaram, não colocaram nada sobre esses riscos quando foi licenciado, e obviamente era um risco grande. E é o mesmo tipo de coisa que aplica a outras obras. Agora, devo corrigir um pouco o que foi falado pelo Deputado aqui, que falou que é 113 anos o retorno para romper a barragem. Esse foi o cálculo da ANA para uma enchente do tamanho de 2014, não para romper a barragem, que é uma coisa menor. E é bom dizer que seria menor ainda, porque esse não considera mudança climática que agrava a situação. Mas é muito importante que isso seja incorporada na tomada de decisão porque existe um perigo que é bem maior do que isso. Foi considerado de ter uma enchente suficiente para ultrapassar a capacidade dos vertedouros, que foram calculados com 10 mil anos de retorno, conforme procedimento que as empresas fizeram que não são de acordo com as normas. Importante que as próprias normas não são adequadas para dar essa segurança que é para dar, que é 10 mil anos de retorno.

Então, é importante considerar, por exemplo, os eventos históricos, as grandes, as mega enchentes do passado

que não estão dentro do registro, por exemplo, de 1967 para cá, nesse caso, e de ter as outras coisas incluídas, como as mudanças climáticas em curso. Então, não temos um número para dar quanto a essa probabilidade no caso das barragens. Você sabe que é bem menor que os 10 mil anos que oficialmente a probabilidade lá. Então, eu acho importante, em termos de lição, de tudo que foi colocado aqui, é justamente isso, que fortalecer os procedimentos, as instituições, etc. e a tendência é aposta. Como você vê, as várias propostas para praticamente abolir o licenciamento ambiental no Brasil, duas propostas dessas pendentes de votações, nas próximas semanas, meses, ninguém sabe, no Senado Federal. Realmente é uma coisa urgente, no momento.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Dá o microfone lá. Embora tenha sido feito, devia ter feito o questionamento antes, mas...

O SR. PAULO FERNANDO LÉRIAS – Não, é porque surgiu agora, entendeu? Mais uma vez o senhor me desculpe estar quebrando o protocolo. Mas eu queria saber se o senhor pode assumir o compromisso com a população de Jaci-Paraná, foi dito pelo representante da ESBR, foi disponibilizado recurso para Jaci-Paraná, para Jaci-Paraná consumir água mais cristalina e pura e a gente quer saber para onde foi esse recurso. Certamente, se eu entrar com um requerimento junto à ESBR, eu não vou ser atendido, dificilmente eu vou ser atendido. Quem sabe Vossa Excelência possa então nos ajudar, porque literalmente tem pessoas em Jaci-Paraná tomando água podre. E já que esse recurso foi disponibilizado, então queremos saber para onde foi esse recurso. Desculpe-me mais uma vez.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Imagina, pode deixar que será feito o Requerimento para que a ESBR nos responda... Ele vai responder aqui.

O SR. EDIO DA LUZ - Nós fizemos, em Jaci-Paraná, foi investido seis milhões e meio de reais, através de um projeto, que nós não fizemos o projeto, a CAERD fez o projeto contemplando 20 quilômetros de rede dentro de Jaci-Paraná e a produção. Nós fizemos a produção de água, tubulação, captação, tratamento, reservatório, e reservamos o dinheiro para comprar, para a CAERD fazer a rede. Então, a CAERD ia implantar a rede, nós compraríamos o tubo. Confere? No final, a CAERD resolveu fazer a rede com a tubulação dela, com o recurso dela e tudo mais, e o dinheiro que nós iríamos comprar o tubo para entregar a CAERD foi refeito o convênio e nós fornecemos equipamento para a CAERD, esse é o fato, é o que está registrado no nosso sistema. Ok? Mas o valor total é em torno de seis milhões e meio de reais que foi destinado para fazer o sistema de abastecimento de água de Jaci-Paraná.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Falar aqui, aproveitar o Advogado dos Comerciantes de Jaci-Paraná, que em cima do que foi falado eu vou fazer também um requerimento à CAERD fazendo solicitação em relação a essa obra em que pé que

está e se realmente tem atendido a comunidade, porque certamente não tem, porque vocês estão sofrendo no dia a dia, vocês sabem mais do que qualquer pessoa. Mas é bom que nós tenhamos isso documentado para servir de subsídio para qualquer ação que possa ser ajuizada. E também vamos encaminhar a ESBR para que também nos responda para que a gente possa tomar as devidas providências, a CAERD em relação também ao Município que foi omissa, ou pior do que isso, e o recurso não chegou.

Meus amigos, nós estamos chegando ao fim da nossa Audiência Pública, de repente esse encaminhamento de fazer a reunião e chamar o Departamento de Licença do IBAMA assim como outros, professor, até preciso de sentar com o senhor para solicitar informações, quem mais nós devemos convocar, porque é muito limitado, engessado, haja vista que é iniciativa privada e aí eles demandam ao município e fica muito fácil o município se omitir e não mostrar realmente o que fez ou deixou de fazer. Parecia que a raposa tomava conta do galinheiro, essa é a impressão que eu tenho quando criaram aquela SEMEPE, SEMPLÉ, aquelas Secretarias que nada fizeram a não ser malversar o dinheiro público. E isso a gente fica muito preocupado, parece que eles rezaram a cartilha dos Consórcios e hoje podem dizer que não têm responsabilidade alguma. A gente fica muito preocupado, agradece imensamente ao doutor Edio da Luz por ter vindo aqui de forma solícita, pronta. Eu acho que esse é o papel de um Consórcio que teve investimento e apoio de dinheiro público, estar aqui conosco para conversar, isso faz parte da democracia, ouvir todos os lados, todas as partes, o diálogo, a convergência de ideias é que faz a gente avançar e procurar o progresso. Agradecer imensamente, de forma muito carinhosa, ao doutor Philip Fearnside, que nos brindou com a sua presença aqui, cientista dos mais conceituados, de renome internacional, já morou em tantos outros países, a exemplo da China. E realmente é um baluarte no que diz respeito à defesa intransigente do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável. E a gente fica muito feliz. Já participou do Prêmio Nobel da Paz com outros pesquisadores. Então, a gente fica, realmente, embebecido, orgulhoso, satisfeito em dizer ao senhor Doutor Philip que as nossas portas estão abertas para nós fazermos esse debate. Que é muito difícil reunir todos os atores que têm a sua parcela de contribuição e responsabilidade, no caso. Prova maior é hoje, que apesar de toda a divulgação, a publicidade, muitas vezes as pessoas que são acometidas dos malefícios não vêm e os atores sociais, institucionais também não estão presentes. A gente fica realmente consternado, muito, muitas vezes chateado mesmo, de saber que as pessoas não participam e depois lá na frente vão pleitear, vão reivindicar as melhorias que poderiam estar neste momento contribuindo. Agradecer.

Invocando a proteção de Deus, encerramos esta Audiência, já convidando a todos para um coquetel que será servido a todos aqui na nossa antessala.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13h39 min).

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2016/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 6694/2016-22

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 3588/2015 SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço por lote.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 7.892/13, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de copa e cozinha**, a pedido do **Departamento de Logística**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme quantidades e especificações estipuladas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 228.469,67(duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's (X) NÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **14 de junho de 2016, Hora: 09h00min.**

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **14 de junho de 2016, Hora: 09h30min.**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

www.al.ro.leg.br - (Licitações/2016); www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@al.ro.leg.br;

Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho-RO, 31 de maio de 2016.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2016/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 6695/2016-23

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 3588/2015 SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço por lote.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 7.892/13, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de material de **LIMPEZA**, a pedido do **Departamento de Logística**, conforme quantidades e especificações estipuladas no Temo de Referência – Anexo I do Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 168.156,70 (cento e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's (X) SIM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **15 de junho de 2016, Hora: 09h00min.**

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **15 de junho de 2016, Hora: 10h00min.**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

www.al.ro.leg.br - (Licitações/2016); www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@al.ro.leg.br;
Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho-RO, 31 de maio de 2016.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 012/2016/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 2781/2016-57

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, nomeada pelo **ATO Nº 3588/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em clippagem, auditoria, mensuração de mídia e monitoramento digital, abrangendo as mídias eletrônicas (TV, rádio e internet) e impressos (jornais e revistas), a pedido do **Departamento de Comunicação Social - DECOM**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE**, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

VALOR ESTIMADO R\$ 474.400,00 (Quatrocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos reais)

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's - (X) NÃO

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E ANEXOS: a partir da data de divulgação do Edital no site www.licitacoes-e.com.br, até a data e horário da abertura da sessão pública, no dia **16 de junho de 2016**, Hora: 09h00min;

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

www.al.ro.leg.br - Licitações; www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@al.ro.leg.br; Telefone: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho/RO, 01 de junho de 2016.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382

ADVOCACIA GERAL**EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 09/2016**

FIRMADO ENTRE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA E A ASSOCIAÇÃO DO PARLAMENTO AMAZÔNICO (ASPAM).

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo a consignação em folha de pagamento do Parlamentar que tenha manifesto interesse em filiar-se à Associação do Parlamento Amazônico (ASPAM), que tem por finalidade a promoção do desenvolvimento humano sustentável das populações da Amazônia brasileira e latino-americana, combater as desigualdades regionais e microrregionais, promover o intercâmbio de informações e tecnologias com vistas ao aperfeiçoamento das atividades das Assembleias associadas e desenvolver atividades em defesa da Amazônia.

PRAZO DE DURAÇÃO E VIGÊNCIA: O presente convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início em 11 de abril de 2016 e término em 10 de abril de 2017, podendo ser renovado a juízo da ALE/RO, por períodos iguais e subsequentes, mediante interesse e acordo das partes.

RESCISÃO: O presente convênio poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes e a qualquer tempo, devendo apenas ser comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias.

As questões decorrentes ou oriundas deste instrumento, bem como os casos omissos, serão resolvidos de comum acordo entre as partes, ficando, entretanto, eleito para qualquer controvérsia o foro da Comarca de Porto Velho/RO, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

FORO: Para firmeza e como prova do acordado, foi lavrado e registrado o presente às fls. 09 do Livro de Termos de Contrato/Convênio, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes e com visto do Advogado-Geral da ALE/RO.

Porto Velho/RO, 08 de abril de 2016.

Deputado Maurão de Carvalho
Presidente – ALE/RO

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

Deputado Sinésio Campos
Presidente - ASPAM

Visto: Celso Ceccatto
Advogado Geral

SUP. RECURSOS HUMANOS**ATO Nº0728/2016-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 31 de maio de 2016.

Nome	Código
ANA MARIA GOMES BARRETO	AP-24
RODRIGO RUY DIAS	ASP-22

Porto Velho, 04 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho	Arildo Lopes da Silva
Presidente	Secretário Geral

ATO Nº 0735/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ANDRESSA DAMASCENO LIMA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 04 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho	Arildo Lopes da Silva
Presidente	Secretário Geral

ATO Nº0683/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

BARBARA SIQUEIRA PEREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-17, do

Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 30 de abril de 2016.

Porto Velho, 25 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0701/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

CARLOS ALBERTO TESCH, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Chefe de Gabinete, código DGS-1, no Gabinete da Deputada Lucia Tereza, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 02 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0858/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

P R O R R O G A R

A Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Serviços, Bens de Consumo e Bens Permanente no âmbito da Assembleia Legislativa/RO, instituída pelo ATO Nº2140/2015-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 076 de 13/05/2015, no período de 12 de maio a 31 de dezembro de 2016.

Porto Velho, 30 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0708/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

DAIANE FLOR DA SILVA SOARES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-

09, no Gabinete da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 03 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0730/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

DAIONE CARVALHO OLIVEIRA, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-27, do Gabinete da 1ª Vice Presidência - Deputado Edson Martins, a contar de 31 de maio de 2016.

Porto Velho, 04 de maio de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0719/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

DORALICE LOPES DE ARAUJO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 03 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0700/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

EDIR ALQUIERI, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-24, do Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 1º de maio de 2016.

Porto Velho, 02 de maio de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0707/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ELTON DE MOURA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, no Gabinete da Liderança do Governo, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 03 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0724/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de maio de 2016.

Nome	Código
GABRIEL LUIS SILVA OLIVEIRA	ASP-13
MARIA APARECIDA SILVA CABRAL	ASP-13

Porto Velho, 04 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0718/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

GILDASIO REBOUÇAS DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 03 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0726/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

IVANA PANTOJA DE FIGUEIREDO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-17, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 04 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0731/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

JOSE ALEX MARQUES DE AGUIAR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, do Gabinete do Deputado Só na Bença, a contar de 1º de maio de 2016.

Porto Velho, 04 de maio de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0713/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

JUAREZ DA SILVA BARCELOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Airton Gurgacz, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 03 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0694/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

JULIANE DA SILVA CARRIÇO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de maio de 2016.

Porto Velho, 02 de maio de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0705/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

KARINE DAMASCENO RIBEIRO LOPES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 02 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0704/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

LUANA REZENDE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 02 de maio de 2016.
Porto Velho, 02 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0717/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

MARIA ALVANEIDE ALVES BARROS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de maio de 2016.

Porto Velho, 03 de maio de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0715/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação dos servidores relacionados para o Gabinete da 4ª Secretaria Deputada Rosângela Donadon, a contar de 02 de maio de 2016.

MARIA JOSE DA SILVA
MICHELE ASSUMPTÃO BARROSO

Porto Velho, 03 de maio de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0695/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

NILTON SANTANA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, no Gabinete do Deputado Só na Bença, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 02 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0703/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

PATRICIA PINHEIRO TORRES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, do Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 1º de maio de 2016.

Porto Velho, 02 de maio de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0696/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **PRISCILA NOGUEIRA MELGAR**, Assistente Técnico, para o código AST-23, do Gabinete da Comissão Permanente de Transporte e Obras Públicas, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 02 de maio de 2016

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0725/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

RONI CLEBER VIANA DA CRUZ, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 04 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0679/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

RUBIAFRAN DA SILVA SANTOS, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, do Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 30 de abril de 2016.

Porto Velho, 19 de abril de 2016

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0727/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

TIAGO SILVA CABRAL, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-13, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 04 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0702/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

TIAGO SILVA LEMOS, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 02 de maio de 2016.

Porto Velho, 02 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0680/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

WALTER GONÇALVES LARA, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-23, do Gabinete da Presidência, a contar de 30 de abril de 2016.

Porto Velho, 19 de abril de 2016

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0689/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

WENDER VOLLMERHAUSEN DA SILVA, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-18, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, a contar de 25 de abril de 2016.

Porto Velho, 27 de abril de 2016

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral